



# ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO DF

DEZEMBRO/2016



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
ASSESSORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

**CIRCULAÇÃO INTERNA**

**ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO  
DISTRITO FEDERAL**

**DEZEMBRO/2016**

|                                    |    |
|------------------------------------|----|
| APRESENTAÇÃO                       | 02 |
| ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA   | 03 |
| CENÁRIO MACROECONÔMICO             | 09 |
| ARRECADAÇÃO DO ICMS                | 13 |
| ARRECADAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO | 30 |
| ARRECADAÇÃO DO ISS                 | 31 |
| SÉRIES HISTÓRICAS                  | 40 |

## **APRESENTAÇÃO**

Elaborado pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF, o presente relatório tem o propósito de divulgar os valores da arrecadação de origem tributária do Distrito Federal referentes ao mês de dezembro e ao período de janeiro a dezembro de 2016.

A fonte dos dados apresentados é o Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 23/01/2017. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 03/01/2017.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de dezembro de 2016 e no ano de 2016, em relação a iguais períodos do ano anterior.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica. Após, são apresentadas séries históricas das receitas de origem tributária.

Brasília, 23 de janeiro de 2017.

Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF

## ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de dezembro de 2016, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.361,7 milhões em valores correntes. No confronto com dezembro de 2015, aponta-se acréscimo nominal de 10,7%, que corresponde a um crescimento real de 3,9%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de dezembro discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

### DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA Dados SIGGO em 23/01/2017

VALORES EM R\$ MIL

| ITEM                                  | dez/16           | dez/15           | dezembro/2015<br>pelo INPC/IBGE | Variação Nominal |               | Variação Real  |               | Composição da<br>arrecadação em<br>dezembro/16 |
|---------------------------------------|------------------|------------------|---------------------------------|------------------|---------------|----------------|---------------|------------------------------------------------|
|                                       | (a)              | (b)              | (c)                             | (a) - (b)        | (a)/(b)       | (a) - (c)      | (a)/(c)       |                                                |
| ICMS                                  | 634.437          | 520.643          | 554.901                         | +113.794         | +21,9%        | +79.536        | 14,3%         | 46,6%                                          |
| ISS                                   | 150.148          | 153.306          | 163.393                         | -3.158           | -2,1%         | -13.245        | -8,1%         | 11,0%                                          |
| SIMPLES                               | 30.460           | 29.325           | 31.254                          | +1.135           | +3,9%         | -794           | -2,5%         | 2,2%                                           |
| IRRF                                  | 406.955          | 367.857          | 392.062                         | +39.098          | +10,6%        | +14.893        | +3,8%         | 29,9%                                          |
| IPVA                                  | 24.756           | 13.085           | 13.946                          | +11.671          | +89,2%        | +10.810        | +77,5%        | 1,8%                                           |
| IP TU/TLP                             | 15.055           | 13.196           | 14.064                          | +1.859           | +14,1%        | +991           | +7,0%         | 1,1%                                           |
| ITBI                                  | 36.423           | 43.731           | 46.608                          | -7.307           | -16,7%        | -10.185        | -21,9%        | 2,7%                                           |
| ITCD                                  | 12.520           | 23.171           | 24.695                          | -10.650          | -46,0%        | -12.175        | -49,3%        | 0,9%                                           |
| Outras Taxas                          | 5.878            | 5.816            | 6.199                           | +62              | +1,1%         | -321           | -5,2%         | 0,4%                                           |
| <b>Receita Tributária Total (A)</b>   | <b>1.316.632</b> | <b>1.170.129</b> | <b>1.247.123</b>                | <b>+146.503</b>  | <b>+12,5%</b> | <b>+69.509</b> | <b>+5,6%</b>  | <b>96,7%</b>                                   |
| Dívida Ativa                          | 28.474           | 47.118           | 50.219                          | -18.644          | +39,6%        | -21.745        | -43,3%        | 2,1%                                           |
| Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa | 4.991            | 5.226            | 5.569                           | -234             | -4,5%         | -578           | -10,4%        | 0,4%                                           |
| Multas e Juros de Mora dos Tributos   | 11.613           | 7.697            | 8.204                           | +3.916           | +50,9%        | +3.409         | +41,6%        | 0,9%                                           |
| <b>Total das Outras Receitas (B)</b>  | <b>45.078</b>    | <b>60.041</b>    | <b>63.992</b>                   | <b>-14.963</b>   | <b>-24,9%</b> | <b>-18.914</b> | <b>-29,6%</b> | <b>3,3%</b>                                    |
| <b>Total da Arrecadação (A) + (B)</b> | <b>1.361.710</b> | <b>1.230.170</b> | <b>1.311.115</b>                | <b>+131.540</b>  | <b>+10,7%</b> | <b>+50.595</b> | <b>+3,9%</b>  | <b>100,0%</b>                                  |

Fonte: SIGGO.

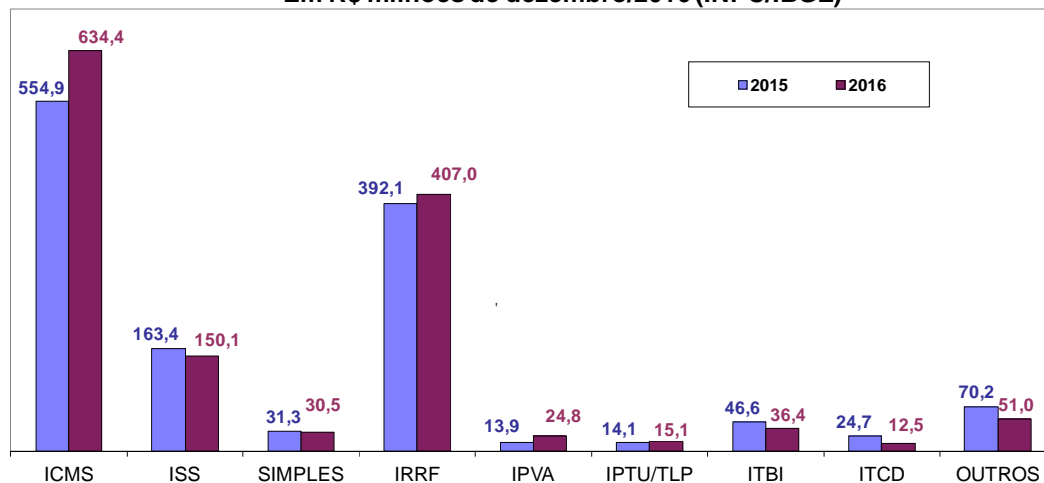
No resultado acumulado do período de janeiro a dezembro de 2016, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 14.831,4 milhões em valores correntes, o que representa acréscimo nominal de 8,6%, porém decréscimo real de 0,7% em relação ao mesmo período de 2015. A tabela a seguir apresenta a receita acumulada no ano discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais, e participações percentuais no total da arrecadação.

| DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2016 |                   |                   |                               |                               |                   |              |                 |              |                              |
|--------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------|--------------|-----------------|--------------|------------------------------|
| Dados SIGGO em 23/01/2017                                          |                   |                   |                               |                               |                   |              |                 |              |                              |
| VALORES EM R\$ MIL                                                 |                   |                   |                               |                               |                   |              |                 |              |                              |
| ITEM                                                               | 2016<br>(a)       | 2015<br>(b)       | 2016 pelo<br>INPC/IBGE<br>(c) | 2015 pelo<br>INPC/IBGE<br>(d) | Variação Nominal  |              | Variação Real   |              | Composição da<br>arrecadação |
|                                                                    |                   |                   |                               |                               | (a) - (b)         | (a)/(b)      | (c) - (d)       | (c)/(d)      |                              |
| ICMS                                                               | 7.375.552         | 6.481.462         | 7.500.473                     | 7.208.862                     | +894.090          | +13,8%       | +291.611        | 4,0%         | 49,7%                        |
| ISS                                                                | 1.503.033         | 1.459.916         | 1.528.178                     | 1.621.714                     | +43.116           | +3,0%        | -93.536         | -5,8%        | 10,1%                        |
| SIMPLES                                                            | 347.899           | 339.868           | 353.893                       | 377.998                       | +8.031            | +2,4%        | -24.105         | -6,4%        | 2,3%                         |
| IRRF                                                               | 2.858.091         | 2.862.951         | 2.901.704                     | 3.178.326                     | -4.860            | -0,2%        | -276.622        | -8,7%        | 19,2%                        |
| IPVA                                                               | 918.686           | 782.035           | 942.351                       | 881.395                       | +136.651          | +17,5%       | +60.956         | 6,9%         | 6,2%                         |
| IP TU/TLP                                                          | 839.237           | 713.226           | 847.328                       | 786.634                       | +126.011          | +17,7%       | +60.695         | 7,7%         | 5,6%                         |
| ITBI                                                               | 322.855           | 306.014           | 327.677                       | 339.946                       | +16.841           | +5,5%        | -12.269         | -3,6%        | 2,2%                         |
| ITCD                                                               | 109.201           | 133.417           | 111.110                       | 146.784                       | -24.216           | -18,2%       | -35.674         | -24,3%       | 0,7%                         |
| Outras Taxas                                                       | 80.596            | 76.572            | 81.917                        | 85.312                        | +4.025            | +5,3%        | -3.394          | -4,0%        | 0,5%                         |
| Receita Tributária Total (A)                                       | 14.355.151        | 13.155.462        | 14.594.631                    | 14.626.971                    | +1.199.689        | +9,1%        | -32.339         | -0,2%        | 96,8%                        |
| Dívida Ativa                                                       | 299.165           | 365.790           | 303.569                       | 404.468                       | -66.625           | -18,2%       | -100.899        | -24,9%       | 2,0%                         |
| Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa                              | 72.090            | 59.263            | 73.366                        | 65.894                        | +12.827           | +21,6%       | +7.472          | 11,3%        | 0,5%                         |
| Multas e Juros de Mora dos Tributos                                | 104.973           | 79.339            | 106.432                       | 87.802                        | +25.634           | +32,3%       | +18.630         | 21,2%        | 0,7%                         |
| Total das Outras Receitas (B)                                      | 476.229           | 504.392           | 483.368                       | 558.164                       | -28.164           | -5,6%        | -74.796         | -13,4%       | 3,2%                         |
| <b>Total da Arrecadação (A) + (B)</b>                              | <b>14.831.380</b> | <b>13.659.854</b> | <b>15.077.999</b>             | <b>15.185.134</b>             | <b>+1.171.525</b> | <b>+8,6%</b> | <b>-107.136</b> | <b>-0,7%</b> | <b>100,0%</b>                |

Fonte:SIGGO.

Avaliando o desempenho real da arrecadação tributária em dezembro de 2016 frente a dezembro de 2015, verifica-se que o **ICMS**, tributo com maior representatividade, cresceu 14,3% (+R\$ 79,5 milhões). Já o **IRRF**, segundo tributo com maior representatividade no total de receitas tributárias auferidas, apresentou acréscimo de 3,8% (+ R\$ 14,9 milhões).

Arrecadação em dezembro/2016 contra dezembro/2015  
Em R\$ milhões de dezembro/2016 (INPC/IBGE)



Também deve ser registrado que o **IPVA** atingiu aumento acentuado de arrecadação de 77,5%, ao passo que **ITCD** apontou queda acentuada de arrecadação de 49,3%.

Na comparação acumulada de janeiro a dezembro de 2016 com correspondente período de 2015, observam-se acréscimos reais significativos

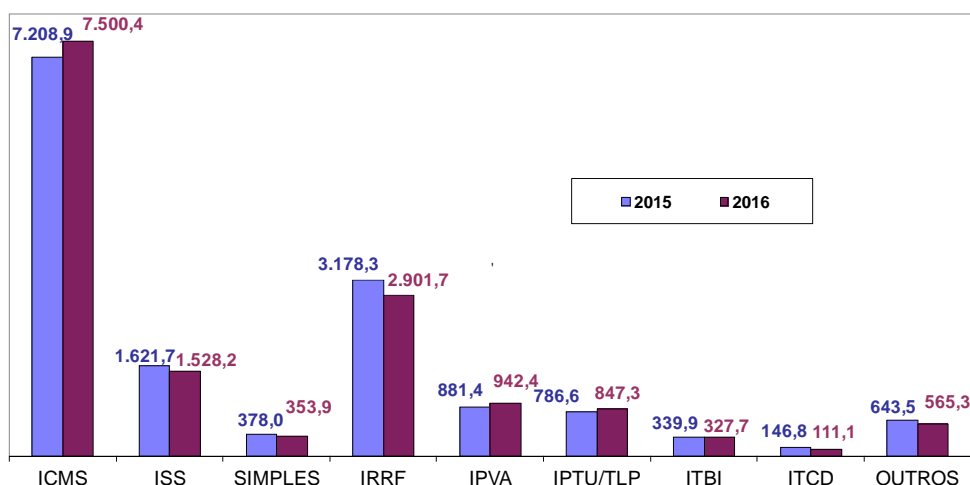
de ICMS de 4,0% (+R\$ 291,6 milhões), decorrente de medidas legislativas implementadas em dezembro de 2015; de IPTU/TLP de 7,7% (+R\$ 60,7 milhões); e de IPVA de 6,9% (+R\$ 61,0 milhões), decorrente do incremento de alíquota promovido pela Lei nº 5.45.2/2015.

Por outro lado, foram registradas quedas reais expressivas de arrecadação do **IRRF** de 8,7% (-R\$ 276,6 milhões), provavelmente devido às medidas de contenção com despesa de pessoal; da **Dívida Ativa** de 24,9% (-R\$ 100,9 milhões), decorrente da elevada base comparativa de 2015 alavancada pelo programa de recuperação de créditos REFIS; do **ISS** de 5,8% (-R\$ 93,5 milhões); do **Simples Nacional** de 6,4% (-R\$ 24,1 milhões), decorrentes do cenário econômico; do **ITCD** (-R\$ 35,7 milhões), apesar da implementação da progressividade do imposto através da Lei nº 5.549/2015; como também do **ITBI** de 3,6% (-R\$ 12,3 milhões), apesar do incremento de alíquota promovido pela Lei 5.452/2015, devido à deterioração do mercado imobiliário. Para esses dois últimos impostos, foi verificada redução na quantidade de transações tributadas, conforme apresenta o quadro abaixo.

|              | quantidade de transações tributadas |        | diferença<br>(b) - (a) |
|--------------|-------------------------------------|--------|------------------------|
|              | 2015                                | 2016   |                        |
| <b>ITBI</b>  | 41.861                              | 40.977 | -884                   |
| <b>ITCD</b>  | 38.588                              | 19.722 | -18.866                |
| <b>TOTAL</b> | 80.449                              | 60.699 | -19.750                |

Fonte: CCALT/SUREC.

Arrecadação em 2016 contra 2015  
Em R\$ milhões de dezembro/2016 (INPC/IBGE)



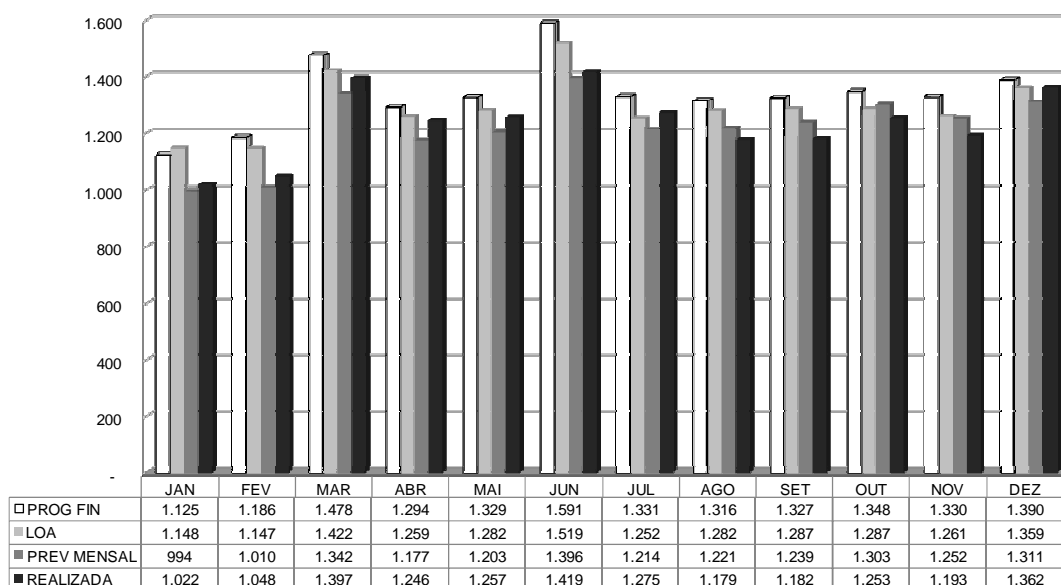
O Índice FipeZap – que acompanha o preço de venda dos imóveis em 20 cidades brasileiras – apresentou variação de 0,13% entre novembro e dezembro de 2016. Com isso, encerrou o ano de 2016 com uma variação acumulada de 0,57%.

Tanto em dezembro como no acumulado do ano as variações foram inferiores à inflação (IPCA/IBGE), que segundo o Boletim Focus do Banco Central foi de 0,30% no último mês e de 6,29% para 2016 completo. Individualmente, sete das vinte cidades pesquisadas apresentaram variação negativa no mês, enquanto que apenas em duas cidades o aumento dos preços dos imóveis superou a inflação do mesmo período. No acumulado de 2016, quatro das vinte cidades pesquisadas registraram queda nominal de preço e todas registraram queda real.

Com o aumento de 0,57% de 2016 do Índice FipeZap, o preço médio anunciado do m<sup>2</sup> apresentou no último ano queda real de -5,38%.

No gráfico abaixo são apresentados comparativos mensais entre os desempenhos das arrecadações previstas na programação financeira, na LOA, na previsão mensal e na receita realizada, cuja fonte é o SIGGO.

**RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA - 2016**  
**EM R\$ MILHÕES**



Observa-se que a receita realizada ficou acima da contida na previsão mensal em R\$ 50,2 milhões, que correspondem a um desvio positivo de 3,8% de realização.

Quanto à previsão contida na LOA para o mês de dezembro, obteve-se um acréscimo de realização de R\$ 2,4 milhões, conforme o quadro abaixo. Discriminando os desvios pelos principais itens que compõem a receita tributária, os principais desvios positivos observados foram para o ICMS e o IPVA, correspondentes a R\$ 44,7 milhões e R\$ 17,3 milhões, respectivamente. Por outro lado, os maiores desvios negativos ficaram a cargo do IRRF e do IPTU/TLP, correspondentes a R\$ 46,5 milhões e R\$ 12,0 milhões, respectivamente.

**VALORES EM R\$ MIL**

| <b>RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL-DEZEMBRO 2016</b> |                     |                       |                            |                        |                |              |                 |
|-------------------------------------------------------------|---------------------|-----------------------|----------------------------|------------------------|----------------|--------------|-----------------|
|                                                             | PREVISÃO MENSAL (A) | PREVISTA LOA 2016 (B) | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (C) | RECEITA REALIZADA ( D) | (D-A)          | (D -B)       | (D-C)           |
| ICMS                                                        | 636.041             | 589.741               | 656.700                    | 634.437                | (1.604)        | 44.696       | (22.262)        |
| ISS                                                         | 127.321             | 144.523               | 128.834                    | 150.148                | 22.826         | 5.625        | 21.314          |
| SIMPLES                                                     | 34.280              | 34.623                | 33.831                     | 30.460                 | (3.820)        | (4.163)      | (3.371)         |
| IRRF                                                        | 387.421             | 453.439               | 453.439                    | 406.955                | 19.534         | (46.484)     | (46.484)        |
| IPVA                                                        | 11.853              | 7.463                 | 13.260                     | 24.756                 | 12.902         | 17.292       | 11.496          |
| IPTU/TLP                                                    | 13.257              | 27.073                | 9.606                      | 15.055                 | 1.797          | (12.018)     | 5.449           |
| ITBI                                                        | 34.380              | 45.924                | 44.569                     | 36.423                 | 2.043          | (9.501)      | (8.146)         |
| ITCD                                                        | 7.870               | 7.018                 | 8.018                      | 12.520                 | 4.650          | 5.502        | 4.502           |
| OUTRAS TAXAS                                                | 5.770               | 5.779                 | 5.772                      | 5.878                  | 108            | 99           | 106             |
| <b>RECEITA TRIB TOTAL</b>                                   | <b>1.258.194</b>    | <b>1.315.584</b>      | <b>1.354.028</b>           | <b>1.316.632</b>       | <b>58.438</b>  | <b>1.048</b> | <b>(37.396)</b> |
| DIVIDA ATIVA                                                | 38.269              | 29.750                | 22.242                     | 28.474                 | (9.795)        | (1.276)      | 6.232           |
| M/J DIVIDA ATIVA                                            | 10.031              | 6.546                 | 6.207                      | 4.991                  | (5.040)        | (1.555)      | (1.216)         |
| M/J TRIBUTOS                                                | 4.974               | 7.416                 | 7.157                      | 11.613                 | 6.639          | 4.197        | 4.456           |
| <b>TOTAL OUTRAS REC</b>                                     | <b>53.274</b>       | <b>43.711</b>         | <b>35.606</b>              | <b>45.078</b>          | <b>(8.196)</b> | <b>1.367</b> | <b>9.472</b>    |
| <b>TOTAL DA ARRECAÇÃO</b>                                   | <b>1.311.468</b>    | <b>1.359.295</b>      | <b>1.389.634</b>           | <b>1.361.710</b>       | <b>50.242</b>  | <b>2.415</b> | <b>(27.924)</b> |

Com relação à programação financeira, a receita realizada ficou abaixo da prevista em R\$ 27,9 milhões, sendo que o maior desvio negativo foi do IRRF, de R\$ 46,5 milhões, seguido do ICMS, de R\$ 22,3 milhões. Observa-se que a receita do ICMS na programação financeira contém expectativas de receitas provenientes da fonte 900, o que não ocorre na LOA. No caso do ICMS, este fato explica a diferença negativa obtida dada programação financeira em relação à realização, uma vez que a expectativa de receita inicialmente considerada na fonte 900 não se cumpriu e sofreu revisões para baixo nas previsões mensais desde o mês de março.

No acumulado do ano de 2016, houve desvio positivo de realização, referente à previsão mensal, de R\$ 168,5 milhões, explicado em larga medida



pelos desvios positivos ocorridos com o ICMS (+R\$ 221,1 milhões) e com o ISS (+R\$ 137,0 milhões). Quanto aos desvios negativos, destacam-se o IRRF (-R\$ 190,9 milhões), e o ITBI (-R\$ 52,5 milhões), impactado pela antecipação de negócios imobiliários em dezembro de 2015 diante da perspectiva de elevação da alíquota a partir de janeiro de 2016, mencionada anteriormente.

| RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A DEZEMBRO 2016 |                    |                       |                            |                       |                |                  | VALORES EM R\$ MIL |  |
|------------------------------------------------------------------|--------------------|-----------------------|----------------------------|-----------------------|----------------|------------------|--------------------|--|
|                                                                  | PREVISÃO MENSAL(A) | PREVISTA LOA 2016 (B) | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (C) | RECEITA REALIZADA (D) | (D-A)          | (D-B)            | (D-C)              |  |
| ICMS                                                             | 7.154.456          | 6.918.839             | 7.629.022                  | 7.375.552             | 221.096        | 456.713          | (253.470)          |  |
| ISS                                                              | 1.366.073          | 1.591.184             | 1.541.999                  | 1.503.033             | 136.959        | (88.151)         | (38.967)           |  |
| SIMPLES                                                          | 384.629            | 391.168               | 386.726                    | 347.899               | (36.730)       | (43.269)         | (38.826)           |  |
| IRRF                                                             | 3.048.969          | 3.738.505             | 3.738.505                  | 2.858.091             | (190.879)      | (880.414)        | (880.414)          |  |
| IPVA                                                             | 860.318            | 934.817               | 901.000                    | 918.686               | 58.369         | (16.131)         | 17.687             |  |
| IPU/TLP                                                          | 876.159            | 753.687               | 772.250                    | 839.237               | (36.922)       | 85.550           | 66.988             |  |
| ITBI                                                             | 375.394            | 512.084               | 496.975                    | 322.855               | (52.539)       | (189.229)        | (174.120)          |  |
| ITCD                                                             | 80.669             | 81.181                | 88.114                     | 109.201               | 28.532         | 28.020           | 21.087             |  |
| OUTRAS TAXAS                                                     | 85.007             | 84.229                | 83.897                     | 80.596                | (4.411)        | (3.633)          | (3.300)            |  |
| <b>RECEITA TRIB TOTAL</b>                                        | <b>14.231.674</b>  | <b>15.005.694</b>     | <b>15.638.487</b>          | <b>14.355.151</b>     | <b>123.477</b> | <b>(650.543)</b> | <b>(1.283.336)</b> |  |
| DÍVIDA ATIVA                                                     | 292.990            | 341.986               | 255.686                    | 299.165               | 6.176          | (42.821)         | 43.479             |  |
| M/J DÍVIDA ATIVA                                                 | 72.039             | 78.045                | 74.008                     | 72.090                | 51             | (5.955)          | (1.918)            |  |
| M/J TRIBUTOS                                                     | 66.143             | 79.779                | 76.990                     | 104.973               | 38.831         | 25.194           | 27.983             |  |
| <b>TOTAL OUTRAS REC</b>                                          | <b>431.171</b>     | <b>499.810</b>        | <b>406.684</b>             | <b>476.229</b>        | <b>45.058</b>  | <b>(23.582)</b>  | <b>69.544</b>      |  |
| <b>TOTAL DA ARRECAÇÃO</b>                                        | <b>14.662.845</b>  | <b>15.505.504</b>     | <b>16.045.172</b>          | <b>14.831.380</b>     | <b>168.534</b> | <b>(674.125)</b> | <b>(1.213.792)</b> |  |

Quanto à LOA e à programação financeira, em relação à receita realizada, houve déficit nos montantes de R\$ 674,1 milhões e de R\$ 1.213,8 milhões, respectivamente, ressaltando-se que em ambos casos, a maior frustração de realização ocorreu no IRRF (-R\$ 880,4 milhões). No que tange à LOA, a maior superação foi a do ICMS (R\$ 456,7 milhões), que não incorpora receitas da fonte 900, ao passo que, no que diz respeito à programação financeira, o IPTU/TLP apresentou a maior superação (R\$ 67,0 milhões).

Cabe observar que o desvio negativo de realização do ICMS em relação à programação financeira decorre da inclusão nesta previsão da expectativa de receita do comércio eletrônico a partir do mês de fevereiro. Essa expectativa foi revisada para baixo na previsão mensal desde março.

## CENÁRIO MACROECONÔMICO

### PIB

A economia brasileira registrou contração de 0,8% no terceiro trimestre, em relação aos três meses anteriores, o sétimo resultado negativo nesse tipo de confronto. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tiveram retração a agropecuária (-1,4%), a indústria (-1,3%) e os serviços (-0,6%).

No entanto, os principais setores produtivos tiveram desempenho positivo em novembro. A produção industrial cresceu 0,2% ante outubro, as vendas no varejo ampliado subiram 0,6% e o volume de serviços aumentou 0,1%.

Em 2016, até novembro, o IBC-Br registrou baixa de 4,59% (4,76% com ajuste). Nos 12 meses encerrados em novembro, a retração foi de 4,76% na série sem ajuste e recuo de 4,96% no dado ajustado. Devido às revisões constantes do indicador, o IBC-Br medido em 12 meses é mais estável do que a medição mensal, assim como o próprio Produto Interno Bruto (PIB). Na comparação com novembro de 2015, o decréscimo é de 2,02% na série sem ajuste e de 2,08% com ajuste.

As projeções coletadas pelo Banco Central no Focus sugerem retração do PIB 3,49% em 2016 e crescimento de 0,5% em 2017. O Ministério da Fazenda trabalha com crescimento de 0,7%. No Relatório de Inflação (RI) de dezembro, o BC apontou queda de 3,4% para 2016 e avanço de 0,8% em 2017.

Embora seja anunciado como “PIB do BC”, o IBC-Br tem metodologia de cálculo distinta das contas nacionais calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O indicador do BC leva em conta a trajetória das variáveis consideradas como bons indicadores para o desempenho dos setores da economia (agropecuária, indústria e serviços). A estimativa do IBC-Br incorpora a produção estimada para os três setores acrescida dos impostos sobre produtos. O PIB calculado pelo IBGE, por sua vez, é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país durante certo período.

## IPCA

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 6,29% em 2016, a menor taxa anual em três anos, informa o IBGE em 11/01/2017. O resultado é inferior ao registrado em 2015, de 10,67%, a maior alta em 13 anos.

Assim, o IPCA encerrou 2016 abaixo do teto do intervalo do sistema de metas de inflação, de 6,5%. Segundo economistas, a recessão é responsável por grande parte da contenção dos preços nos últimos meses e seguirá fazendo esse papel ao longo de 2017, quando a inflação tende a se aproximar mais do alvo central de 4,5%. Neste ano, o teto da meta de inflação é de 6%.

Em dezembro, o índice de preços subiu 0,30%, após marcar 0,18% um mês antes. Mesmo assim, foi a menor taxa para o mês desde 2008, quando a inflação correspondeu a 0,28%. Em dezembro de 2015, o IPCA avançou 0,96%. O mercado esperava uma alta de 0,34% para o último mês de 2016.

A alta do IPCA entre novembro e dezembro foi influenciada principalmente pelo comportamento de alimentação e bebidas (-0,20% para 0,08%), despesas pessoais (0,47% para 1,01%) e transportes (0,28% para 1,11%). Subiram ainda vestuário (de 0,20% para 0,32%) e educação (de 0,06% para 0,07%).

Por outro lado, houve deflação em habitação (0,30% para -0,59%) e artigos de residência (de -0,16% para -0,31%), enquanto saúde e cuidados pessoais (de 0,57% para 0,49%) e comunicação (de 0,02% para 0,01%) recuaram menos.

Em 2016 como um todo, alimentação, saúde e despesas pessoais responderam por 67,5%, ou 4,25 pontos percentuais, da inflação do período. No caso de alimentos e bebidas, houve avanço de 8,62% no calendário e representaram quase 35% do IPCA do ano.

Regionalmente, sete dos 13 locais pesquisados terminaram 2016 com inflação acima do teto de 6,5% estipulado pelo BC e ficaram acima do

IPCA médio do país, de 6,29%. O maior índice foi o de Fortaleza, onde o IPCA acelerou de 0,13% para 0,6% entre novembro e dezembro e fechou 2016 com alta de 8,34%, de acordo com o IBGE.

O índice regional mais elevado em dezembro foi o de Brasília (1,12%), onde os preços das passagens aéreas tiveram alta de 21,30%, com impacto de 0,40 ponto. A elevação de 1,06% nos preços dos alimentos consumidos em casa também pressionou o resultado do mês.

## **SELIC**

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) reduziu a taxa básica de juros, a Selic, para 13% ao ano em 11/01/17. A redução de 0,75 ponto percentual marca uma aceleração no ritmo de corte que até então vinha sendo feito em doses de 0,25 ponto percentual. A redução acima do esperado pelo mercado foi justificada pela melhora nas expectativas de inflação e um ritmo de atividade econômica aquém do esperado, com expectativa de retomada da atividade mais demorada e gradual que a antecipada previamente.

O BC também faz uma ressalva, apontando que a extensão do ciclo e possíveis revisões no ritmo de flexibilização continuarão dependendo das projeções e expectativas de inflação e da evolução dos demais fatores de risco monitorados, como cenário externo, itens da inflação, como serviços, e o processo de implementação das reformas fiscais.

O Copom entende que a convergência da inflação para a meta de 4,5% no horizonte relevante para a condução da política monetária, que inclui os anos-calendários de 2017 e, com peso gradualmente crescente, de 2018, é compatível com a intensificação da flexibilização monetária em curso.

As projeções de inflação consideradas melhoraram. No cenário de referência, o IPCA projetado está em 4% para este ano e em 3,4% para 2018. Já no cenário de mercado, o IPCA estimado é de 4,4% neste ano e de 4,5% em 2018.

O ciclo de baixa começou em outubro do ano passado, com a Selic saindo de 14,25% ao ano. O juro básico estava estacionado naquele patamar

desde setembro de 2015, marcando o maior período de estabilidade da Selic desde a introdução do regime de metas em 1999.

No comunicado apresentado após a decisão, o Copom apontou que o cenário externo ainda é bastante incerto, mas que até o momento os efeitos das baixas taxas de juros globais e consequente excesso de liquidez têm sido limitados. Tal cenário vem mudando conforme o Federal Reserve (Fed), banco central americano, retomou o ciclo de alta de juro em dezembro do ano passado, mas tal processo foi bem assimilado pelo mercado. Outra incerteza externa monitorada pelo BC é a política econômica do presidente eleito americano.

Sobre a inflação de 2016, de 6,29%, o Copom apontou que ela ficou bem abaixo do esperado há poucos meses e dentro do intervalo de tolerância da meta para a inflação estabelecida para 2016. Em junho do ano passado, o IPCA esperado para 2016 estava acima de 7%, e em 2015 o IPCA tinha sido de 10,67%.

## **PROJEÇÕES PIB, IPCA, SELIC**

A estimativa para o desempenho do PIB de 2017 foi mantida em crescimento de 0,50%. No caso de 2018, a previsão foi revisada de expansão de 2,30% para 2,20%.

Na pesquisa Focus de 16/01/2017, o mercado reduziu ligeiramente a expectativa para a alta do IPCA neste ano, de 4,81% para 4,80%, e em 12 meses, de 4,84% para 4,80%. A estimativa para 2018 seguiu em 4,5% de avanço. Houve uma ligeira revisão para o dado de janeiro, de 0,50% para 0,52% de elevação.

Quanto à Selic, os analistas do mercado financeiro reduziram a expectativa para o fim deste ano de 10,25% para 9,75%. Até o fim de 2018, a taxa deve recuar mais um pouco, para 9,50%, segundo dados do Boletim Focus, divulgados em 16/01/17.

## ARRECAÇÃO DO ICMS

No mês de dezembro de 2016, a receita do ICMS registrou o ingresso de R\$ 634,4 milhões em valores correntes. No comparativo com dezembro de 2015, houve acréscimo nominal de 21,9%, e aumento real de 14,3%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

Quanto ao resultado acumulado do exercício de 2016, a receita do ICMS alcançou o montante de R\$ 7.375,6 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 13,8% e real de 4,0% frente ao mesmo período de 2015.

Em dezembro de 2016, no cadastro fiscal do Distrito Federal, havia 152.334 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela CCALT/SUREC. Após significativa retração em novembro, houve expansão de 1.665 inscrições em relação ao mês anterior. Deste total, 85,1% estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI com 44.171 e 85.433 contribuintes, respectivamente.

| DEZEMBRO DE 2016<br>NOME DO REGIME<br>DO ICMS | AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA |               |               |              |               |              |               |              |               |              |                |
|-----------------------------------------------|------------------------------------|---------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|----------------|
|                                               | AGBAN                              | AGBRA         | AGCEI         | AGEMP        | AGGAM         | AGPLA        | AGSIA         | AGSOR        | AGTAG         | PBRAZ        | TOTAL          |
| 1) Reg. Especial Prod. Origem Animal          | 1                                  | 2             | 5             | 10           | 5             | 2            |               |              | 1             |              | 26             |
| 2) Regime Normal de Apuração                  | 675                                | 4.185         | 1.480         | 1.910        | 1.523         | 575          | 2.608         | 794          | 4.118         | 196          | 18.064         |
| 3) PRO-DF Logístico                           |                                    |               |               | 4            |               |              |               |              |               |              | 4              |
| 4) Regime Especial de Refeições               | 5                                  | 203           | 4             | 112          | 2             | 3            | 44            | 1            | 39            |              | 413            |
| 5) Reg. Especial-Varejista Mat. Construção    |                                    | 1             |               | 13           |               |              | 1             |              | 3             |              | 18             |
| 6) Revendedor Porta-a-Porta                   |                                    |               |               | 24           |               |              |               |              |               |              | 24             |
| 7) SIMEI - Microempreendedor Individual       | 4.919                              | 14.700        | 12.818        | 1            | 12.678        | 5.147        | 7.667         | 5.354        | 20.256        | 1.893        | 85.433         |
| 8) Simples Nacional - outras modalidades      | 2.078                              | 10.964        | 4.593         | 11           | 4.536         | 1.867        | 5.600         | 2.262        | 11.634        | 626          | 44.171         |
| 9) Substituto Tributário-OUTRA UF             |                                    |               |               | 898          |               |              |               |              |               |              | 898            |
| 10) Telecomunicações-Centralizada             |                                    |               |               | 65           |               |              |               |              |               |              | 65             |
| 11) Telecomunicações - Centralizadora         |                                    | 1             |               | 7            |               |              |               |              |               |              | 8              |
| 12) Outra UF ( E-Commerce)                    | 8                                  | 13            | 9             | 3.168        | 5             |              | 2             |              | 5             |              | 3.210          |
| <b>TOTAL</b>                                  | <b>7.686</b>                       | <b>30.069</b> | <b>18.909</b> | <b>6.223</b> | <b>18.749</b> | <b>7.594</b> | <b>15.922</b> | <b>8.411</b> | <b>36.056</b> | <b>2.715</b> | <b>152.334</b> |
| participação das agências no total:           | 5,05%                              | 19,74%        | 12,41%        | 4,09%        | 12,31%        | 4,99%        | 10,45%        | 5,52%        | 23,67%        | 1,78%        | 100,00%        |
| aumento mês atual sobre o mês anterior        | 0,89%                              | 1,43%         | 1,09%         | -0,05%       | 1,03%         | 0,81%        | 0,94%         | 0,73%        | 1,34%         | 1,23%        | 1,11%          |

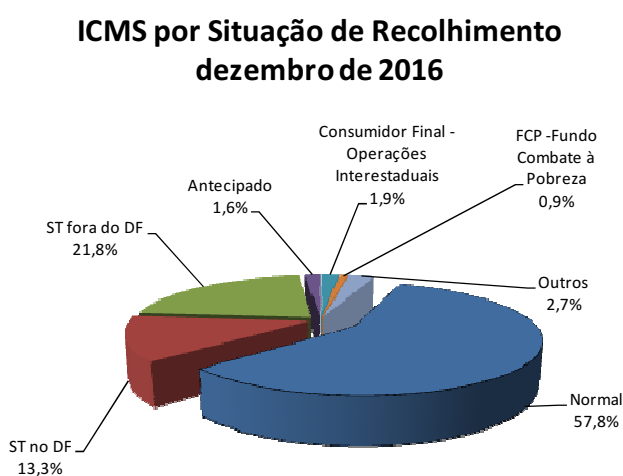
Fonte: CCALT/SUREC, em 31/12/2016

O principal destaque de dezembro de 2016 dentre as principais modalidades de recolhimento foi a expansão da base de contribuintes do Regime Normal de Apuração (+3.750 contribuintes), em detrimento dos registros consignados no Simples Nacional (-2.724 contribuintes).

Essas importantes mudanças no quadro cadastral se deram de forma disseminada por todas as regiões administrativas, contudo de maneira mais incisiva nas maiores bases cadastrais, ou seja, nas agências de Brasília e de

Taguatinga. Cumpre ainda resaltar que o regime de apuração SIMEI continua expandindo seu quadro cadastral com registro de 616 novos contribuintes.

No que se refere à composição do ICMS por situação de recolhimento em dezembro de 2016, constata-se que a maior participação no total da receita do imposto continua advindo do Regime Normal, com 57,8% seguido da Substituição Tributária fora do DF, com 21,8%, representando quase 80% da receita total do imposto.



Analisando o ganho real de R\$ 79,5 milhões na receita total do ICMS em dezembro de 2016 na comparação com mesmo mês do ano precedente, depreende-se que as formas de recolhimentos de maior relevância apresentaram expansões de receita, com destaque para o ICMS Normal (+R\$ 60,9 milhões) e para a Substituição Tributária fora do DF (+R\$ 18,3 milhões). Por outro lado, apresentaram quedas reais nos recolhimentos o ICMS Antecipado (-R\$ 9,9 milhões) e Auto de Infração (-R\$ 10,5 milhões, incluída em Outros).

Vale salientar que esse último item sofreu forte retração em função de elevada base comparativa registrada em dezembro de 2016.

| ICMS: ARRECAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO <sup>1</sup> |                            |                  |                |                  |                      |              |                                         |
|---------------------------------------------------------|----------------------------|------------------|----------------|------------------|----------------------|--------------|-----------------------------------------|
| ITEM                                                    | Valores Reais (em R\$ mil) |                  |                |                  | variação real (em %) |              | Composição da arrecadação (dezembro/16) |
|                                                         | dez/16                     | jan - dez/16     | dez/15         | jan - dez/15     | dez/15               | jan - dez/15 |                                         |
| Normal                                                  | 366.874                    | 4.600.864        | 305.944        | 4.453.153        | 19,9%                | 3,3%         | 57,8%                                   |
| ST no DF                                                | 84.088                     | 926.018          | 73.825         | 817.569          | 13,9%                | 13,3%        | 13,3%                                   |
| ST fora do DF                                           | 138.298                    | 1.491.745        | 120.034        | 1.462.909        | 15,2%                | 2,0%         | 21,8%                                   |
| Antecipado                                              | 10.412                     | 140.434          | 20.303         | 211.044          | -48,7%               | -33,5%       | 1,6%                                    |
| Consumidor Final - Operações Interestaduais             | 11.775                     | 143.334          | -              | -                | -                    | -            | 1,9%                                    |
| FCP <sup>3</sup>                                        | 5.641                      | 63.069           | 5.007          | 63.076           | 12,7%                | 0,0%         | 0,9%                                    |
| Outros                                                  | 17.349                     | 135.009          | 29.789         | 201.110          | -41,8%               | -32,9%       | 2,7%                                    |
| <b>Total da Arrecadação</b>                             | <b>634.437</b>             | <b>7.500.473</b> | <b>554.901</b> | <b>7.208.862</b> | <b>14,3%</b>         | <b>4,0%</b>  | <b>100,0%</b>                           |

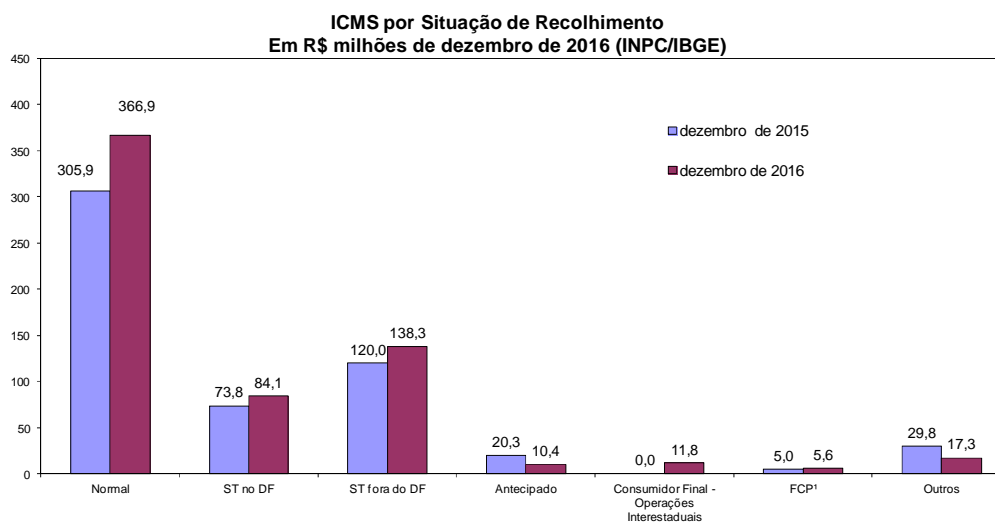
Fonte: SISCOS

Nota: 1. Apuração com base no INPC/IBGE

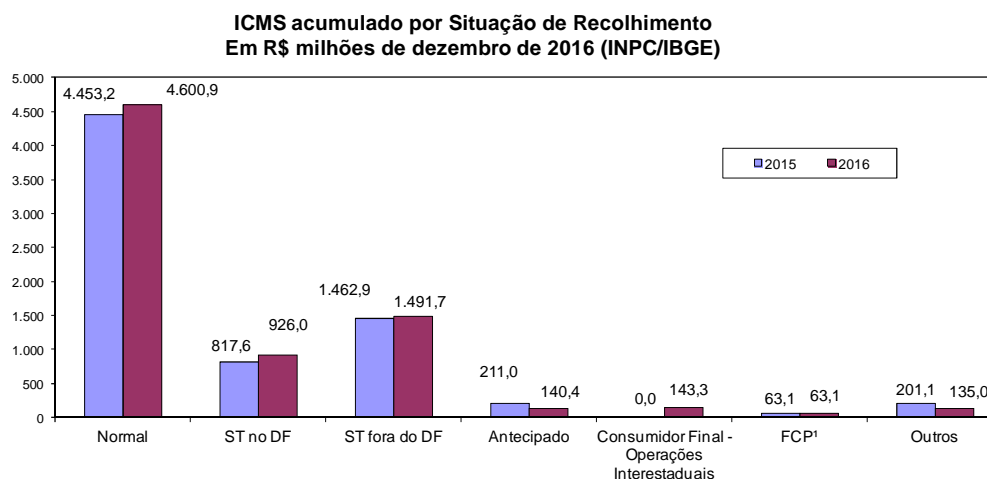
Nota 2. Outros = Importação, Auto de Infração, LC 52/97, Energia elétrica+transporte+comunicação

Nota 3. FCP - Fundo de combate a pobreza

A figura abaixo ilustra a comparação da arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento no mês de dezembro de 2016 com igual mês em 2015.



Quanto à análise acumulada no ano de 2016, houve acréscimo real de R\$ 291,6 milhões na receita total do ICMS, na comparação com correspondente período de 2015.

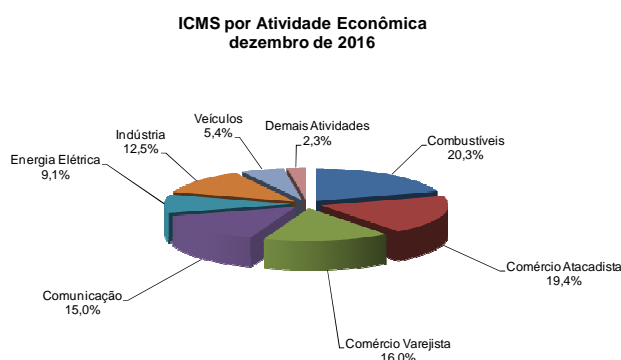




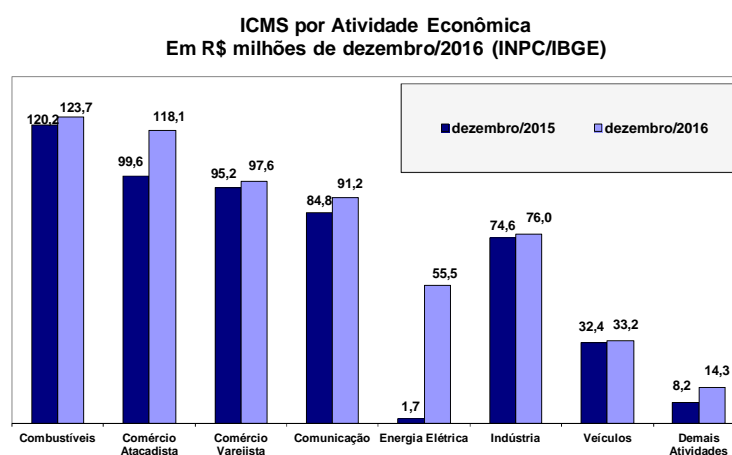
Na análise acumulada, houve incrementos significativos de receita nas modalidades Consumidor Final para Operações Interestaduais referentes ao Comércio Eletrônico (+R\$ 143,3 milhões), ICMS Normal (+R\$ 147,1 milhões) e Substituição Tributária Interna do DF (+R\$ 108,4 milhões), os quais acabaram por determinar trajetória ascendente para o desempenho do imposto. Registram-se expressivas quedas nas modalidades Antecipado (-R\$ 70,6 milhões) e Auto de Infração (-R\$ 44,6 milhões), incluída em Outros. A modalidade Importação apresentou, também, uma queda de arrecadação significativa (-R\$ 16,0 milhões), incluída na categoria Outros. Vale salientar que o bom desempenho do imposto em 2016 foi impulsionado pelas arrecadações suplementares do REFIS-ICMS, no montante de R\$ 140,6 milhões, de recursos da fonte 900, estimados em R\$ 427,6 milhões, além do incremento de alíquota promovido pela Lei nº 5.452/2015, que promoveu o a crésximo do montante de R\$ 349,5 milhões, todos em valores correntes, conforme demonstra os quadros abaixo.

| QUADRO RESUMO-ICMS-FONTE 900 (VALORES EM R\$ MILHÕES) |                 | QUADRO RESUMO-ICMS- Lei 5452 (VALORES EM R\$ MILHÕES) |                 |
|-------------------------------------------------------|-----------------|-------------------------------------------------------|-----------------|
| FONTE 900                                             | REALIZAÇÃO 2016 | FONTE 900                                             | REALIZAÇÃO 2016 |
| ICMS- Alíquotas sobre TV fechada                      | 66              | ICMS- Combustíveis                                    | 232,5           |
| ICMS- Alíquotas sobre bebidas e tabacaria             | 104,5           | ICMS- Comunicação                                     | 116,9           |
| ICMS- Alíquotas sobre comércio eletrônico             | 146,3           | <b>TOTAL</b>                                          | <b>349,5</b>    |
| ICMS- Aumento alíquotas modal 1pp                     | 106,9           |                                                       |                 |
| ICMS- Diferença alíquotas sobre op. Interestaduais    | 63,3            |                                                       |                 |
| <b>TOTAL</b>                                          | <b>427,6</b>    |                                                       |                 |

No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em dezembro de 2016, observa-se que os setores mais representativos foram Combustíveis com 20,3%, seguido pelo Comércio Atacadista com 19,4%, Comércio Varejista com 16,0%, e, por fim, Comunicação com 15,0%.



Delineando o desempenho real da receita de dezembro de 2016, frente a correspondente mês de 2015, pelas principais atividades econômicas sujeitas ao ICMS, observa-se que todos os segmentos apresentaram elevação de receita, de sobremaneira energia elétrica (+R\$ 53,8 milhões), devido a base fraca de comparação em 2015 proveniente da antecipação do imposto de dezembro para novembro daquele ano, seguida do comércio atacadista (+R\$ 18,6 milhões).



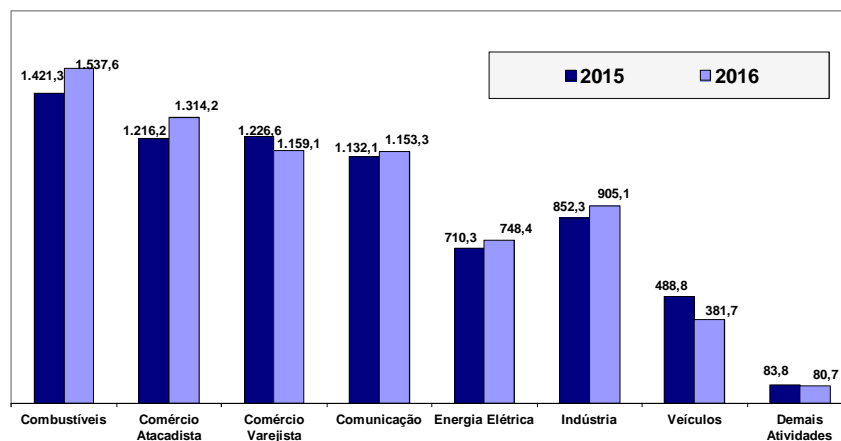
Quanto ao desempenho acumulado do ano de 2016 em relação a 2015, destacam-se os segmentos de combustíveis (+R\$ 116,3 milhões), decorrente da Lei 5.452/2015, que promoveu o incremento de alíquota da gasolina e óleo diesel; de comércio atacadista (+R\$ 98,0 milhões) e indústria (+R\$ 52,8 milhões).

| ICMS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS <sup>1</sup> |                                         |                  |                |                  |                      |             |                                           |
|----------------------------------------------------------|-----------------------------------------|------------------|----------------|------------------|----------------------|-------------|-------------------------------------------|
| ITEM                                                     | Valores Reais <sup>2</sup> (em R\$ mil) |                  |                |                  | variação real (em %) |             | Composição da arrecadação (dezembro/2016) |
|                                                          | dez/16                                  |                  | jan-dez/16     |                  | dez/16               | jan-dez/16  |                                           |
|                                                          | dez/16                                  | jan-dez/16       | dez/15         | jan-dez/15       | dez/15               | jan-dez/15  |                                           |
| Combustíveis                                             | 123.745                                 | 1.537.612        | 120.162        | 1.421.349        | 3,0%                 | 8,2%        | 20,3%                                     |
| Comércio Atacadista                                      | 118.138                                 | 1.314.188        | 99.552         | 1.216.164        | 18,7%                | 8,1%        | 19,4%                                     |
| Comércio Varejista                                       | 97.583                                  | 1.159.140        | 95.156         | 1.226.558        | 2,6%                 | -5,5%       | 16,0%                                     |
| Comunicação                                              | 91.180                                  | 1.153.329        | 84.757         | 1.132.090        | 7,6%                 | 1,9%        | 15,0%                                     |
| Energia Elétrica                                         | 55.508                                  | 748.448          | 1.675          | 710.332          | 3214,1%              | 5,4%        | 9,1%                                      |
| Indústria                                                | 76.010                                  | 905.082          | 74.582         | 852.328          | 1,9%                 | 6,2%        | 12,5%                                     |
| Veículos                                                 | 33.180                                  | 381.723          | 32.404         | 488.823          | 2,4%                 | -21,9%      | 5,4%                                      |
| Demais Atividades                                        | 14.256                                  | 80.663           | 8.202          | 83.793           | 73,8%                | -3,7%       | 2,3%                                      |
| <b>TOTAL</b>                                             | <b>609.600</b>                          | <b>7.280.185</b> | <b>516.489</b> | <b>7.131.437</b> | <b>18,0%</b>         | <b>2,1%</b> | <b>100,0%</b>                             |

Fonte: SITAF.  
Notas: 1. Valores sem incentivado.  
2. Apuração com base no INPC/IBGE.

Por outro lado, foram observados decréscimos expressivos em veículos (-R\$ 107,7 milhões) e comércio varejista (-R\$ 69,7 milhões), impactados pelo cenário recessivo de restrição de crédito e elevado nível de desemprego.

ICMS por Atividade Econômica  
2016 contra 2015 (acumulado de jan a dez)  
Em R\$ milhões de dezembro/2016 (INPC/IBGE)



## DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO

### COMBUSTÍVEIS

O consumo de combustíveis, no Brasil, caiu 2,3% em novembro, na comparação com igual período do ano passado, e acumula retração de 4,5% no ano. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), foram vendidos, no mês passado, 10,982 bilhões de litros, o menor volume para o mês desde 2011.

A comercialização de diesel recuou 3,4% em novembro, para 4,4 bilhões de litros. No acumulado do ano, a queda é de 5%. As vendas de etanol hidratado, por sua vez, caíram 28,6% no mês passado e acumulam baixa de 17,6% entre janeiro e novembro.

Por outro lado, o consumo de gasolina subiu 14% em novembro. No ano, a alta acumulada das vendas é de 4,3%, mas ainda insuficiente para sustentar o crescimento do mercado do Ciclo Otto (veículos com motores a gasolina, álcool ou ambos). Nesse segmento, em gasolina equivalente, a queda no acumulado do ano é de 0,84%.

Outro destaque positivo é o consumo de gás liquefeito de petróleo (GLP), que subiu 6,4% em novembro e acumula, no ano, alta de 1%.

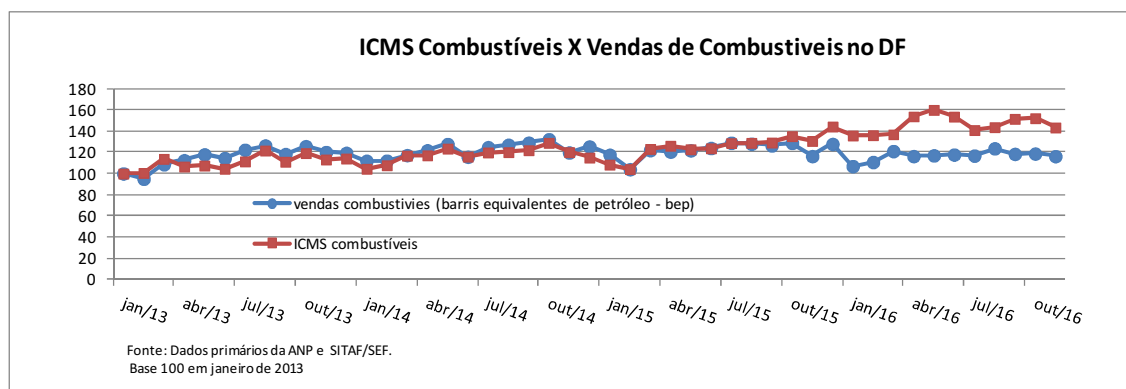
As vendas de óleo combustível, contudo, caíram 40% no mês passado. Entre janeiro e novembro, a queda acumulada é de 33,1%, em função do menor despacho termelétrico.

No segmento de aviação, o cenário também é de retração no consumo de derivados: enquanto as vendas de querosene de aviação registram baixa de 9,9% em novembro e de 8,1% no ano, a comercialização de gasolina de aviação caiu 4,3% no mês passado e, em 2016, acumula queda de 11,1%.

No Distrito Federal, para avaliação do segmento de combustíveis, foram levantadas as vendas de derivados de petróleo pelas distribuidoras, conforme publicação da ANP.

Assim, foram construídos números-índice das séries de ICMS combustíveis e venda de combustíveis totais. A partir da figura abaixo,

observa-se que, após outubro de 2015, houve descolamento das duas curvas, que pode ser explicado em parte pelo aumento das alíquotas promovido pela Lei nº 5.452/2015 a partir de janeiro de 2016. Quanto ao mês de novembro de 2016, houve queda tanto para as vendas de barris equivalentes de petróleo, quanto para o ICMS combustíveis, sendo que, essa última, com maior intensidade.



De acordo com dados da ANP, o consumo de combustíveis no Distrito Federal ficou estável em novembro, na comparação com igual período do ano passado, porém apresentou retração de 4,1% no ano. Em novembro foram vendidos 1.054,8 mil barris, as menores vendas desde março deste ano.

Quase todos os tipos de combustíveis líquidos apresentaram variações negativas, excetuando-se gasolina C, que subiu 18,3% em novembro, com alta acumulada no ano de 6,25%. Em que pese esse aumento no consumo de gasolina, em se tratando de combustíveis para veículos automotores, o desempenho das vendas se mostra negativo, haja vista a queda expressiva das vendas de etanol hidratado 69,8% no mês e 61,6% para o ano de 2016 ante 2015.

A comercialização de diesel recuou 12,1% em novembro. No acumulado do ano, a queda foi de 13,3%.

Outro segmento que mereceu destaque foi o de querosene de aviação, com retração no ano de 7,7%, possivelmente atrelada à racionalização e à redução de ofertas de voos implantada pelas companhias aéreas.

## COMUNICAÇÕES

A crise financeira nos Estados recaiu em grande parte sobre as operadoras de telecomunicações. Levantamento da consultoria Teleco indica que 12 das 27 unidades da federação têm hoje alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) iguais ou superiores a 30% para serviços de comunicação, contra cinco em 2015. O Distrito Federal, através da Lei nº 5.452/2015, promoveu incremento de alíquotas de 25% para 28%, a partir de janeiro de 2016.

Esse esforço tributário, no entanto, foi insuficiente para ampliar a arrecadação junto ao setor: até o fim do terceiro trimestre do ano passado, o montante de ICMS Brasil recolhido apresentava queda real de 5,3% ante o mesmo período de 2015. No caso do DF, no entanto, foi verificado aumento real de 1,9% no acumulado do ano de 2016 ante 2015.

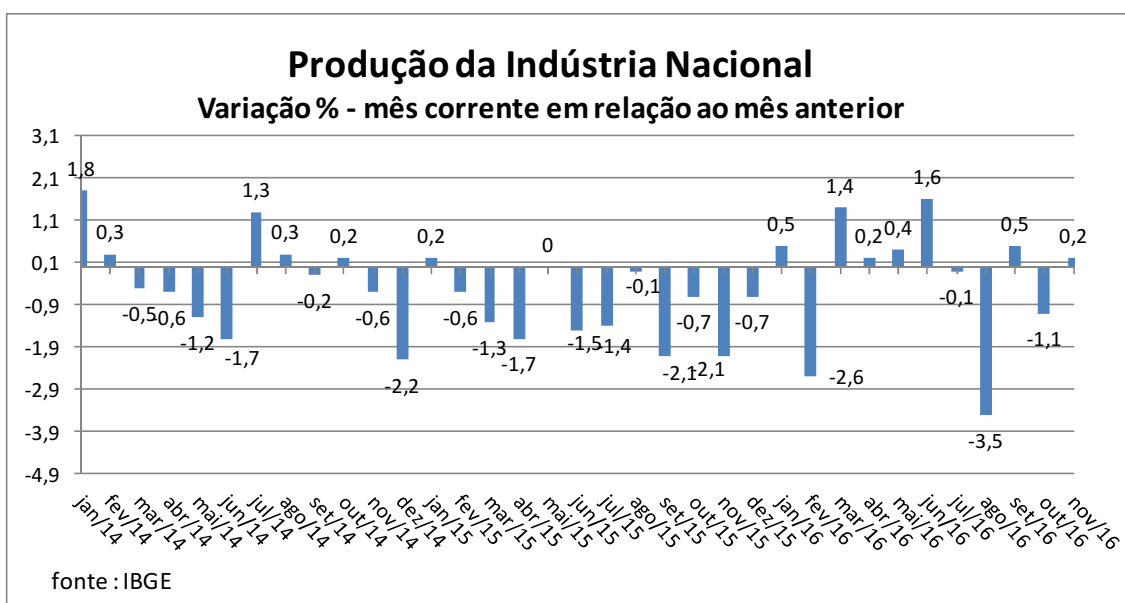
Conforme a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), no acumulado até novembro, o número de assinantes de serviços de TV paga, essenciais na montagem dos pacotes das operadoras, havia encolhido 1,83%. Na telefonia móvel, a retração foi ainda maior: na comparação entre novembro de 2016 com o mesmo mês do ano anterior, o total de linhas caiu 7,85%.

Segundo a consultora Teleco, a carga tributária cresceu a ponto de afetar o nível de investimentos e a margem *Ebitda* (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) das operadoras. Calculada pela Teleco, a margem *Ebitda* média das teles brasileiras foi de 26,4% nos nove primeiros meses do ano passado, percentual inferior ao registrado no período por companhias internacionais como Telecom Italia (42,2%) e Verizon (32,5%).

## INDÚSTRIA

Em novembro de 2016, a produção da indústria nacional contabilizou expansão de 0,2% frente ao mês precedente, feitos os ajustes sazonais, informa a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A produção de outubro foi revisada de queda de 1,1% para recuo de 1,2%. Alternando quedas e aumentos, a

produção industrial denota comportamento errático para os últimos seis meses, conforme ilustração abaixo.



No confronto com o penúltimo mês de 2015, a produção industrial brasileira caiu 1,1%, 33ª taxa negativa consecutiva nesse tipo de comparação, mas a menos intensa desde março de 2014 (-0,4%). No ano até novembro, a produção industrial cedeu 7,1%. Em 12 meses, houve baixa de 7,5%.

Entre as quatro categorias econômicas, três registraram alta de produção na passagem de outubro para novembro: bens de capital (2,5%), bens duráveis (4%) e bens intermediários (0,5%). Apenas bens semi e não duráveis caíram, 0,5%. Perante novembro de 2015, a produção de bens de capital subiu 1,1% e a de bens duráveis aumentou 9%. Mas a de bens intermediários teve decréscimo de 0,6% e a de semi e não duráveis recuou 4,8%. No ano, as quedas de produção ainda são bem expressivas: bens de capital declinaram 13,2%, bens intermediários recuaram 6,8%, bens duráveis diminuiriam 15,4% e semi e não duráveis cederam 3,7%.

Quanto às atividades, no penúltimo mês de 2016, 13 das 24 atividades da indústria analisadas pelo IBGE cresceram na comparação com outubro. A maior alta foi da produção de produtos de fumo, que subiu 17,2% no comparativo mensal. Mas o principal impacto em novembro foi o avanço de 6,1% registrado por veículos automotores, reboques e carrocerias. O melhor

resultado em veículos impulsionou a produção de bens duráveis, e em caminhões alavancou a produção de bens de capital.

Outras contribuições positivas relevantes sobre o total da indústria nacional foram registradas em indústrias extrativas (1,5%), de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (6,6%), de máquinas e equipamentos (2,4%), de confecção de artigos do vestuário e acessórios (4,4%), de produtos de minerais não metálicos (2,2%) e de produtos de borracha e de material plástico (2,2%).

Pelo lado negativo, 11 ramos produziram menos em novembro do que em outubro, em especial coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, que caíram 3,3%. Esse é um setor que tem relação direta com o consumo das famílias e das empresas, avalia o IBGE, e, por isso puxou, para baixo o resultado do mês.

Outros impactos negativos importantes foram observados nos setores de perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (-1,8%), de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-3,1%), de outros equipamentos de transporte (-5,7%), de produtos alimentícios (-0,3%) e de produtos de metal (-1,6%). Essas atividades também apontaram taxas negativas em outubro, de 1,9%, 3,4%, 4,2%, 3,3% e 2,6%, respectivamente.

Na comparação com novembro de 2015, a baixa de 1,1% na indústria reflete uma queda muito espalhada pelos segmentos. São resultados negativos em duas das quatro grandes categorias econômicas, 16 dos 26 ramos, 43 dos 79 grupos e 55,7% dos 805 produtos pesquisados.

No trimestre de setembro a novembro, a produção da indústria cresceu em dois meses na série com ajuste sazonal, mas ainda assim acumula perda de 0,2% nesse período, o que indica que o setor ainda sofre com a forte retração passada.

A indústria vem diminuindo o tamanho da queda ao longo do ano e aponta para um tombo menos intenso do que em 2015, quando recuou 8,3%. No bimestre de outubro e novembro, ante igual período do ano anterior, a queda é de 4,4%. Menor que no terceiro trimestre (-5,3%) e do segundo trimestre (-6,5%). Mas os resultados menos negativos, segundo o IBGE,



refletem mais a baixa base de comparação do que uma melhora efetiva dos níveis de produção, que ainda estão baixos. A indústria opera 21,4% abaixo do seu pico de produção, que foi registrado em junho de 2013.

Não obstante o fraco desempenho da indústria nacional, a arrecadação do setor no Distrito Federal apresenta resultados satisfatórios, com aumento real de 1,9% em dezembro frente a correspondente mês de 2015 e crescimento de 6,2% no ano de 2016 ante 2015. Como destaque positivo, o ramo de bebidas apresentou expansão real de R\$ 82,9 milhões em 2016, suplantando as quedas advindas de ramos ligados à construção civil, tais como cimento (-R\$ 45,4 milhões) e tintas (-R\$ 15,1 milhões).

| <b>Incremento de Receita da Industria</b> |           |            |
|-------------------------------------------|-----------|------------|
|                                           |           | R\$mil     |
| SETOR INDUSTRIAL                          | mês       | ano        |
| ALIMENTOS                                 | 1.753,8   | 11.195,8   |
| BEBIDAS                                   | 5.243,5   | 82.894,3   |
| CIMENTO                                   | (5.317,0) | (45.395,9) |
| HIGIENE E COSMETICOS                      | (439,0)   | (3.622,3)  |
| MEDICAMENTOS                              | (847,7)   | 4.298,7    |
| MOVEIS                                    | 369,5     | 2.556,3    |
| TINTAS                                    | (1.649,8) | (15.112,9) |
| OUTROS                                    | 2.412,9   | 15.726,8   |

## **VEÍCULOS**

Com o agravamento da recessão econômica no País, um dos setores que mais vem sofrendo é o de venda de veículos. As fábricas produziram 2,2 milhões de unidades em 2016, o menor volume desde 2004, apresentando queda de 11,2% frente a 2015, conforme informações divulgadas pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Em dezembro, foram fabricados 200,9 mil unidades, que representa expansão de 40,6% em relação a dezembro do ano anterior, que foi o pior mês de 2015 e teve o menor nível de produção para o mês desde 2008. Na comparação com novembro, houve queda de 7,1%.

Para automóveis e comerciais leves, a produção de 2016 contabilizou baixa de 11% em relação ao ano anterior. Em dezembro, o volume produzido nos dois segmentos teve queda de 6,5% em relação a novembro, mas alta de 40% em relação a igual mês do ano anterior.

O desempenho das fábricas de caminhões, por sua vez, caiu 18,2% em 2016 ante 2015, ao totalizar 60.604 unidades montadas. Somente em dezembro foram 4.224 caminhões produzidos, recuo de 21,1% ante novembro, porém, avanço de 63,6% sobre igual mês do ano anterior.

No caso dos ônibus, foram produzidas 18.711 unidades, baixa de 13% na comparação com 2015. No último mês do ano, a queda foi de 38,7% em relação a novembro, com 979 unidades. Já na comparação com dezembro de 2015, houve crescimento de 81%.

Conforme a Anfavea, os emplacamentos de veículos totalizaram 2,05 milhões de unidades no ano passado, baixa de 20,2%. Considerando apenas o último mês de 2016, os licenciamentos foram de 204,3 mil unidades, 10,3% a menos do que em dezembro do ano anterior, mas avanço de 14,7% perante novembro.

Além disso, a Anfavea divulgou os dados de exportações. Foram vendidas 520,3 mil unidades ao exterior em 2016, crescimento de 24,7%. Em dezembro, foram exportadas 62,9 mil unidades, alta de 36,1% em comparação anual e de 11% frente a novembro. Foi o melhor volume de vendas ao exterior para o mês em toda a série da associação.

Atualmente, a capacidade ociosa do setor automotivo está acima de 50%. Para veículos pesados, a ociosidade é de 75%.

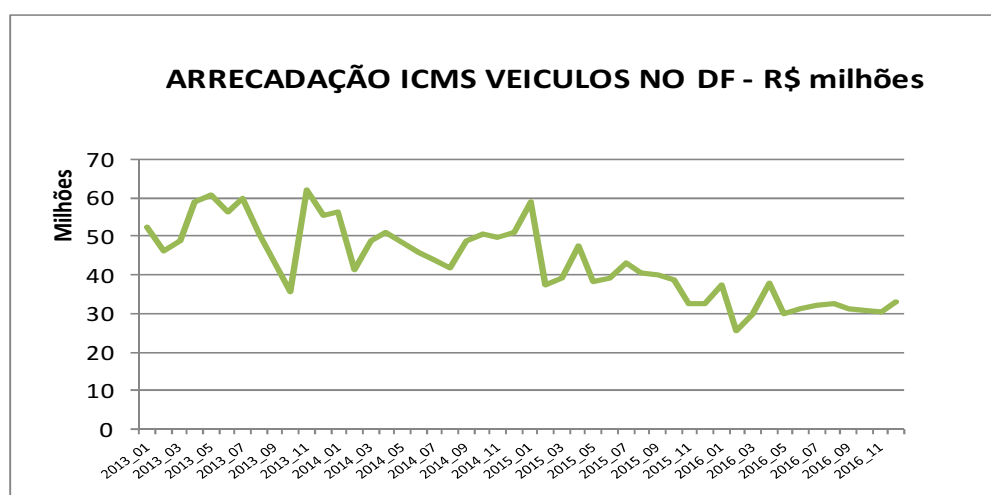
Quanto às projeções, a Anfavea prevê 2,13 milhões de unidades em 2017 para licenciamentos de veículos leves e pesados, o que representaria alta de 4% ante o ano passado, primeiro ano de crescimento após quatro consecutivos de queda. Considerando apenas veículos leves, a projeção é de um avanço também de 4%, para 2,1 milhões de unidades.

Além disso, a entidade estima em 2,4 milhões de unidades o nível de produção durante o ano, o que significaria aumento de 11,9%. Para o segmento de leves, a previsão é de avanço em 11,3%, para 2,3 milhões de unidades. Quanto às exportações, a expectativa é que totalizem 558 mil

unidades neste ano, ou seja, um crescimento de 7,2%. Considerando apenas veículos leves, a projeção é de alta em 7%, para 523 mil unidades.

Para a Anfavea, o primeiro trimestre de 2017 é ainda frágil devido à uma série de dificuldades e instabilidades políticas. A oferta maior de crédito para o financiamento de veículos ajudaria a acelerar o crescimento das vendas

Em relação ao Distrito Federal, a figura abaixo apresenta a evolução mensal da arrecadação do ICMS Veículos, a partir de janeiro de 2013. Apesar da nítida tendência de queda, a partir de maio de 2016, a arrecadação começa a apresentar um comportamento mais estável.



## COMÉRCIO VAREJISTA

O volume de vendas do varejo cresceu entre outubro e novembro do ano passado e interrompeu uma sequência de quatro meses consecutivos de queda. Mesmo assim, a tendência é que a alta seja pontual e não melhore a situação do comércio ou da atividade econômica no quarto trimestre.

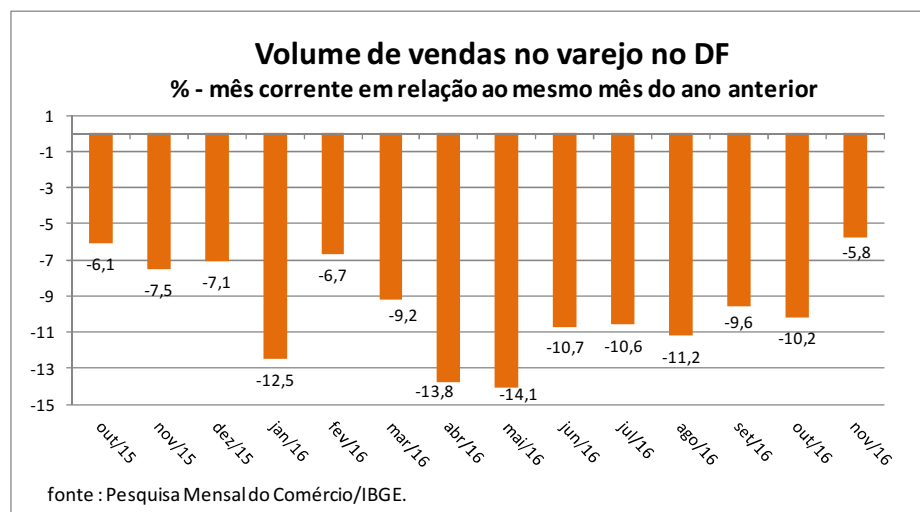
Em novembro, o varejo restrito (exclui automóveis e materiais de construção) cresceu 2% em relação a outubro, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). O resultado foi fortemente influenciado pela *Black Friday*, refletida na alta de vendas de móveis e eletrodomésticos (2,1%) e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (4,3%).

Outros itens, pouco ligados às promoções, também foram influenciados, como hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,9%) e materiais de construção (7,2%). Esse último item não é levado em conta para o varejo restrito, mas entra no cálculo do varejo ampliado, que cresceu 0,6% em novembro.

No entanto, a expectativa de analistas, é que a maior parte do resultado positivo seja revertida já em dezembro. A *Black Friday* teria estimulado uma antecipação de compras para o Natal, considerando principalmente esses tempos de crise. Na visão dos analistas, fatores estruturais, tais como o desemprego, têm impedido a recuperação do varejo, o que traz também consequências negativas para a atividade econômica. A aposta é que a queda esperada dos juros e o recuo da inflação ajudem o setor, mas a recuperação do comércio só deve vir com o fim da piora intensa do mercado de trabalho, em meados deste ano.

O varejo restrito acumula queda de 6,4% de janeiro a novembro de 2016, segundo ano seguido com perda recorde de vendas. Em 2015, a redução foi de 4,3%, e é improvável que o resultado de dezembro mude a tendência. No varejo ampliado, a queda chega a 8,8% no acumulado de 2016, terceiro ano seguido de baixa.

As vendas no varejo no Distrito Federal continuam contabilizando queda real. Em novembro de 2016, a queda foi de 5,8%, na comparação com o mesmo mês de 2015, de acordo com dados da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE, porém a involução apresentada é a menor dos últimos doze meses.

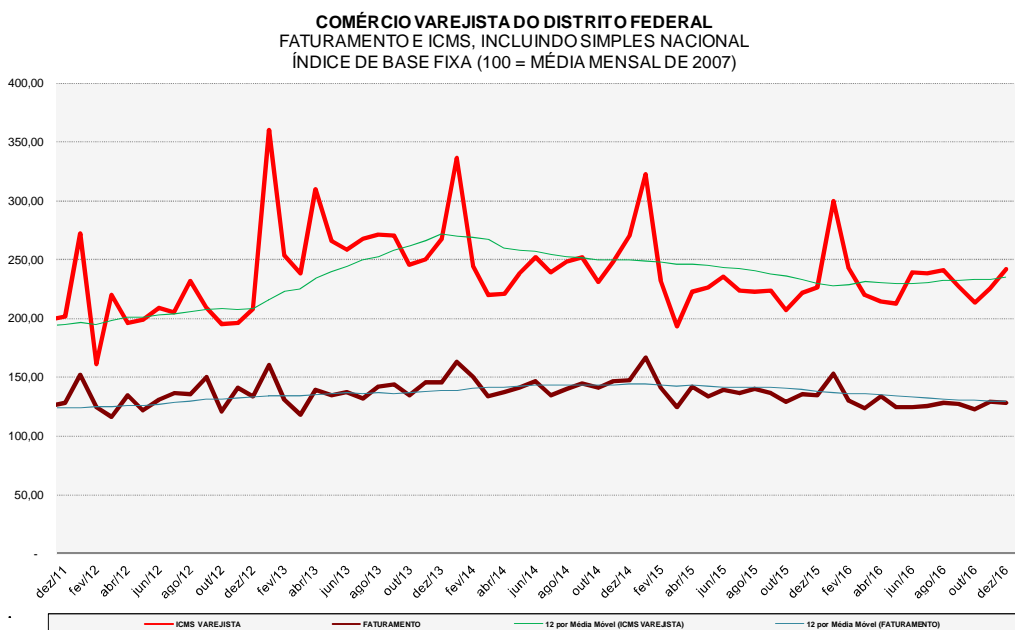


Em consequência do comportamento das vendas, a arrecadação do ICMS dos principais segmentos varejistas, tais como, hipermercados, produtos eletrônicos e de vestuário e calçados, os quais representaram 7,6% da receita total do imposto em 2016, apresentaram resultados depreciados em 2016 com quedas reais de R\$ 51,6 milhões, R\$ 2,9 milhões e R\$ 14,1 milhões. Por outro lado, o ramo medicamentos apresentou desempenho positivo de acréscimo real de R\$ 19,2 milhões.

**VARIAÇÃO DE ARRECADAÇÃO DO ICMS EM DEZ/2016 (em R\$)**  
**RAMOS DO COMÉRCIO VAREJISTA**

| COMÉRCIO VAREJISTA       | MÊS            | ACUMULADO       | % Part. ICMS |
|--------------------------|----------------|-----------------|--------------|
| HIPERMERCADOS            | 269.474,52     | (51.608.347,96) | 2,8%         |
| MEDICAMENTOS             | 1.327.867,09   | 19.172.839,03   | 1,2%         |
| PROD. ELETRONICOS E INF. | (2.382.594,40) | (2.860.029,09)  | 1,8%         |
| VESTUARIO E CALCADOS     | 2.335.092,32   | (14.120.605,17) | 3,0%         |

No confronto da arrecadação do ICMS do comércio varejista no Distrito Federal, incluindo os recolhimentos do tributo do Simples Nacional, com a receita nominal ampliada do segmento pela Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE (PMC/IBGE) para o Distrito Federal até novembro de 2016, depreende-se que na última observação, houve um leve aumento do ICMS, enquanto o faturamento do setor computou suave perda. O gráfico abaixo sugere possível alteração de tendência, uma vez que a média móvel começa a apresentar inclinação positiva.



## COMÉRCIO ATACADISTA

As empresas atacadistas no Brasil registraram queda real de 1,9% no faturamento acumulado de 2016, segundo dados divulgados pela Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (ABAD), apurados pela Fundação Instituto de Administração (FIA).

Considerando apenas o mês de novembro, o ganho da real do setor foi de 11,35% em relação ao mesmo mês de 2015.

No Distrito Federal o comércio atacadista continua apresentando bons resultados. A receita desse segmento contabilizou elevação real de 18,7% em dezembro em relação a igual mês de 2015 e ganho de 8,1% em 2016.

### VARIAÇÃO DE ARRECADAÇÃO DO ICMS EM DEZ/2016 (em R\$)

#### RAMOS DO COMÉRCIO ATACADISTA

| COMÉRCIO ATACADISTA      | MÊS          | ACUMULADO       | % Part. ICMS |
|--------------------------|--------------|-----------------|--------------|
| ALIMENTOS                | 6.975.076,84 | 36.206.241,42   | 4,6%         |
| BEBIDAS                  | (222.085,04) | (10.575.635,16) | 3,2%         |
| MEDICAMENTOS             | 1.275.269,36 | 15.799.842,89   | 2,3%         |
| PROD. ELETRONICOS E INF. | 3.238.886,65 | 17.033.910,51   | 0,5%         |

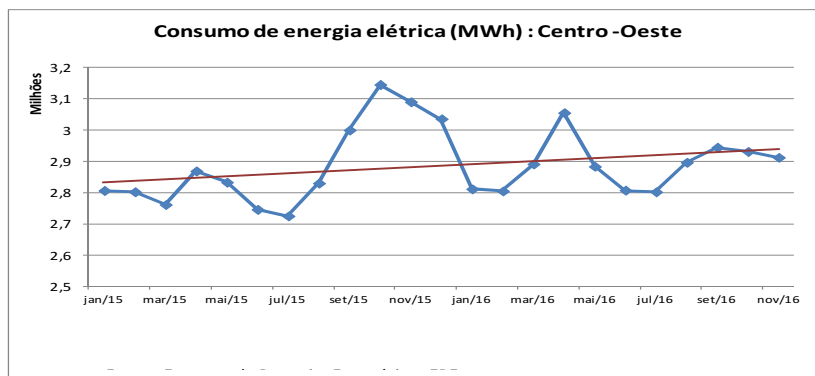
## ENERGIA ELÉTRICA

O consumo de energia elétrica no país caiu 1,2% em novembro, totalizando 38.645 gigawatts (GWh), segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A classe comercial teve queda de 5%, o que a EPE atribuiu às temperaturas mais amenas no mês e ao cenário econômico.

As classes industrial e residencial registraram estabilidade em relação a novembro do ano passado, com o consumo da indústria aumentando apenas 0,1% no mês e das residências 0,2%. No acumulado do ano até novembro o consumo de energia pelo setor industrial caiu 3,2% na comparação com o mesmo período de 2015, o que indica ainda impossibilidade de visualizar, por meio da demanda industrial de eletricidade, possível recuperação da atividade econômica das indústrias.

O consumo de energia na região Centro-Oeste volta a apresentar queda em novembro após a diminuição de outubro, segundo o Operador

Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Levando-se em conta que houve queda de 1,8% no consumo da região nos onze primeiros meses de 2016 ante igual período de 2015, pode ser considerado satisfatório o desempenho da receita do ICMS energia elétrica no Distrito Federal, onde se observa ganho real de 5,4% em 2016.



## ICMS BRASIL

Tendo em vista que na data do fechamento deste relatório apenas três unidades federadas (Distrito Federal, Paraná e Santa Catarina) disponibilizaram os dados da arrecadação à COTEPE/CONFAZ/MF, o comentário sobre o comportamento da arrecadação do imposto em nível Nacional fica prejudicado. Assim sendo deixamos de apresentar o comentário em questão.

## ARRECADAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

Os ingressos provenientes do Simples Nacional em dezembro de 2016 totalizaram R\$ 31,3 milhões, que representa um acréscimo de 8,65% em relação ao mês precedente. No mesmo período, houve acréscimo para o ICMS de 8,33%, porém retração para o ISS de 9,10%.

| ARRECADAÇÃO SIMPLES NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES |      |                |                     |                |                     |                               |
|------------------------------------------------|------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|-------------------------------|
| Mês/Ano                                        |      | ICMS           |                     | ISS            |                     | Total da Arrecadação (em R\$) |
|                                                |      | Valor (em R\$) | Nº de Contribuintes | Valor (em R\$) | Nº de Contribuintes |                               |
| julho                                          | 2016 | 17.656.437,45  | 48.821              | 12.686.296,30  | 46.447              | 30.342.733,75                 |
| agosto                                         | 2016 | 18.099.147,89  | 50.049              | 12.160.745,00  | 46.308              | 30.259.892,89                 |
| setembro                                       | 2016 | 17.402.121,44  | 45.562              | 12.589.081,02  | 43.910              | 29.991.202,46                 |
| outubro                                        | 2016 | 15.401.970,03  | 43.390              | 13.142.783,96  | 46.557              | 28.544.753,99                 |
| novembro                                       | 2016 | 16.768.603,27  | 47.025              | 12.035.305,59  | 43.750              | 28.803.908,86                 |
| dezembro                                       | 2016 | 18.165.318,56  | 53.175              | 13.130.857,91  | 50.213              | 31.296.176,47                 |

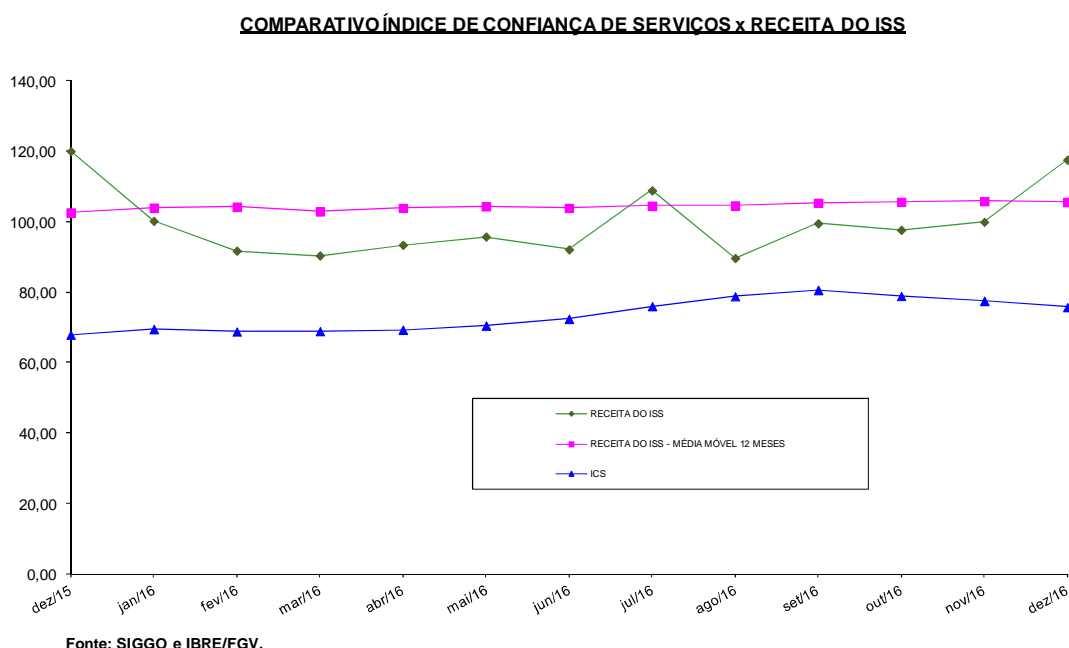
Nota: Nº de contribuintes pagantes.

## ARRECAÇÃO DO ISS

No mês de dezembro de 2016, a receita do Imposto Sobre Serviços - ISS totalizou o montante de R\$ 150,1 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior apurou-se um decréscimo nominal de 2,1% na arrecadação, correspondente a um decréscimo real de 8,1%.

Quanto ao resultado acumulado do exercício de 2016, a receita do ISS alcançou o montante de R\$ 1.503,0 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 3,0% e queda real de 5,8%. Em ambas as comparações reais, utilizou-se o INPC/IBGE como fator de ajuste monetário.

O Índice de Confiança de Serviços – ICS, medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico a seguir traz o comportamento deste indicador, até dezembro de 2016, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.





Observa-se que a arrecadação do ISS apresentou no mês de dezembro um expressivo aumento, o que, entretanto, não ocorreu com a média móvel referente aos últimos doze meses, que teve leve queda.

O ICS caiu 1,8 pontos na comparação com o mês anterior, na série dessazonalizada, ao passar de 77,5 para 75,7 pontos, configurando o terceiro mês consecutivo de queda.

Vale salientar que a partir de novembro de 2015, a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), passa a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE 2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios emitidos pela FGV/IBRE, referente ao setorial das sondagens de tendências, são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E, também, as séries históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2016, considerando todos os dados disponíveis.

Em 31 de dezembro de 2016, o cadastro fiscal do DF possuía 155.819 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

| DEZEMBRO DE 2016                             |                                    |               |               |              |               |              |               |              |               |              |                |
|----------------------------------------------|------------------------------------|---------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|----------------|
| NOME DO REGIME DO ISS                        | AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA |               |               |              |               |              |               |              |               |              |                |
|                                              | AGBAN                              | AGBRA         | AGCEI         | AGEMP        | AGGAM         | AGPLA        | AGSIA         | AGSOR        | AGTAG         | PBRAZ        | TOTAL          |
| 1) Regime Normal de Apuração                 | 913                                | 12.337        | 1.406         | 2.230        | 1.481         | 473          | 4.329         | 865          | 5.736         | 173          | 29.943         |
| 2) Substituto Tributário Interno -ISS        |                                    | 3             |               | 39           |               |              |               |              |               |              | 42             |
| 3) PRO-DF Logístico                          |                                    |               |               | 1            |               |              |               |              |               |              | 1              |
| 4) SIMEI - Microempreendedor Individual      | 4.647                              | 15.360        | 11.575        |              | 11.430        | 4.204        | 7.434         | 5.119        | 18.903        | 1.647        | 80.319         |
| 5) SIMPLES NACIONAL                          | 2.053                              | 14.092        | 3.533         | 8            | 3.424         | 1.202        | 5.789         | 1.993        | 11.127        | 436          | 43.657         |
| 6) Sociedades Uniprofissionais               | 3                                  | 804           | 6             | 9            | 2             | 1            | 60            | 7            | 72            | 1            | 965            |
| 7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)    |                                    |               |               | 1            |               |              |               |              |               |              | 1              |
| 8) Telecom/Energia Elétrica - Centralizada   |                                    |               |               | 57           |               |              |               |              |               |              | 57             |
| 9) Telecom/Energia Elétrica - Centralizadora |                                    | 1             |               | 7            |               |              |               |              |               |              | 8              |
| 10) Outra UF (E-Commerce)                    |                                    |               |               | 42           |               |              |               |              |               | 1            | 43             |
| 11) Outra UF - Prestação de Serviço no DF    | 4                                  | 9             | 2             | 761          | 4             |              | 1             |              | 2             |              | 783            |
| <b>TOTAL</b>                                 | <b>7.620</b>                       | <b>42.606</b> | <b>16.522</b> | <b>3.155</b> | <b>16.341</b> | <b>5.880</b> | <b>17.613</b> | <b>7.984</b> | <b>35.840</b> | <b>2.258</b> | <b>155.819</b> |
| PARTICIPAÇÃO                                 | 4,89%                              | 27,34%        | 10,60%        | 2,02%        | 10,49%        | 3,77%        | 11,30%        | 5,12%        | 23,00%        | 1,45%        | 100,00%        |

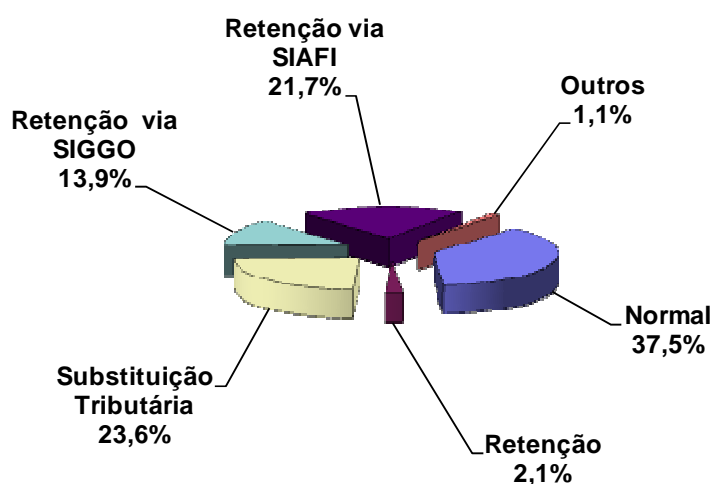
Fonte: CCALT/SUREC, em 31/12/2016.

No mês de dezembro de 2016 em relação ao mês anterior houve um acréscimo de 1.867 inscrições, tendo contribuído principalmente para isso o aumento de 3.055 inscrições do regime Normal de tributação o que compensou a diminuição de 1.835 inscrições ocorridas no regime do Simples Nacional.

Em termos de participação por localidade, 27,3% do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília, 23,0% na circunscrição de Taguatinga e 49,7% nas demais localidades. Do total de inscrições, 19,2% estão no Regime Normal de Apuração, 51,6% no SIMEI, 28,0% no Simples Nacional, e apenas 1,2% nas demais modalidades.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em dezembro de 2016, o ISS Normal respondeu por 37,5% dos ingressos do imposto, a Substituição Tributária por 23,6% e a Retenção via SIAFI por 21,7%.

### ISS por Situação de Recolhimento Dezembro de 2016

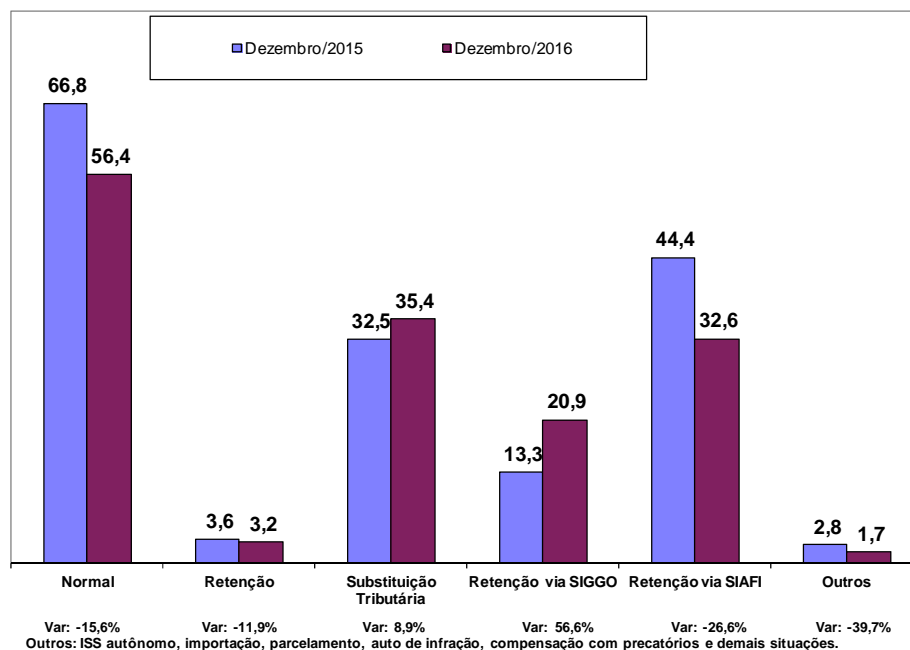


Verifica-se na tabela abaixo que no mês de dezembro de 2016, em comparação com igual período do ano anterior, houve queda real em todas as modalidades de recolhimentos à exceção das modalidades de recolhimento Retenção via SIGGO e Substituição Tributária.

| ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO |                            |                  |                |                  |                                  |              |                                    |
|-----------------------------------------------|----------------------------|------------------|----------------|------------------|----------------------------------|--------------|------------------------------------|
| ISS                                           | Valores Reais (em R\$ mil) |                  |                |                  | Variação Real <sup>1</sup> (em%) |              | Composição da arrecadação (dez-16) |
|                                               | dez/16                     | jan-dez/16       | dez/15         | jan-dez/15       | dez/16                           | jan-dez/16   |                                    |
|                                               |                            |                  |                |                  | dez/15                           | jan-dez/15   |                                    |
| Normal                                        | 56.377                     | 650.934          | 66.762         | 675.729          | -15,6%                           | -3,7%        | 37,5%                              |
| Retenção                                      | 3.173                      | 35.590           | 3.604          | 47.917           | -11,9%                           | -25,7%       | 2,1%                               |
| Substituição Tributária                       | 35.431                     | 390.050          | 32.532         | 384.402          | 8,9%                             | 1,5%         | 23,6%                              |
| Retenção via SIGGO                            | 20.895                     | 125.041          | 13.341         | 132.063          | 56,6%                            | -5,3%        | 13,9%                              |
| Retenção via SIAFI                            | 32.600                     | 302.468          | 44.384         | 355.026          | -26,6%                           | -14,8%       | 21,7%                              |
| Outros                                        | 1.672                      | 24.095           | 2.771          | 26.577           | -39,7%                           | -9,3%        | 1,1%                               |
| <b>Total da Arrecadação</b>                   | <b>150.148</b>             | <b>1.528.178</b> | <b>163.393</b> | <b>1.621.714</b> | <b>-8,1%</b>                     | <b>-5,8%</b> | <b>100,00%</b>                     |

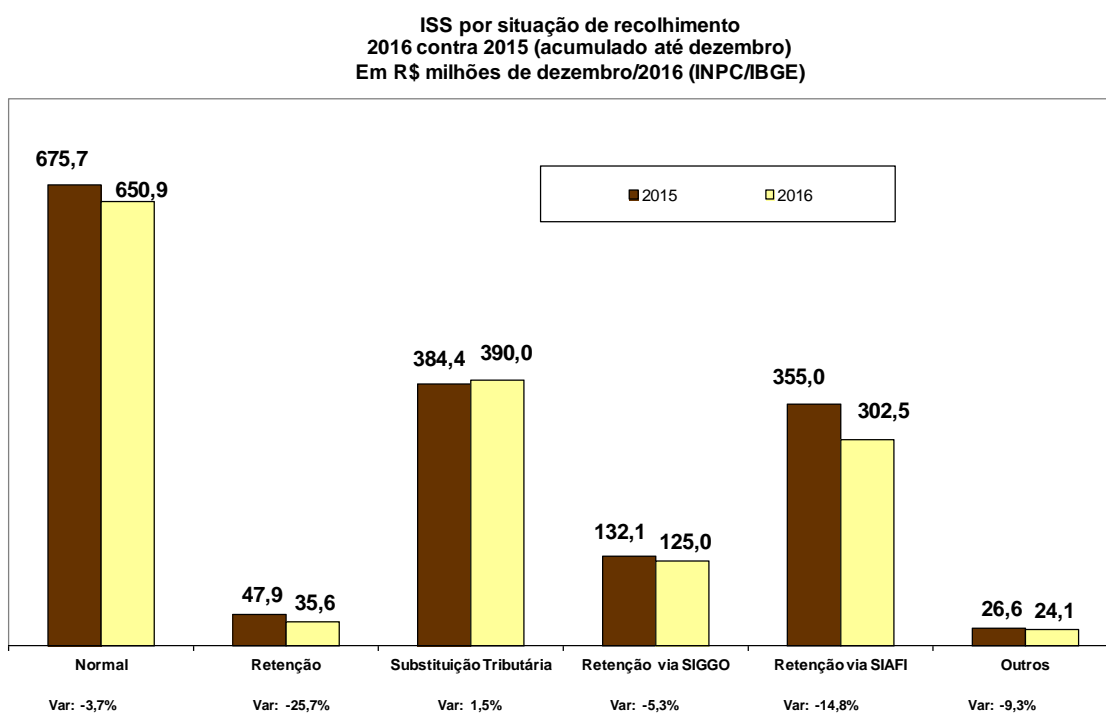
Fonte: SIGGO  
1:Apuração com base no INPC/IBGE.

ISS por situação de recolhimento  
Em R\$ milhões de Dezembro/2016 (INPC/IBGE)

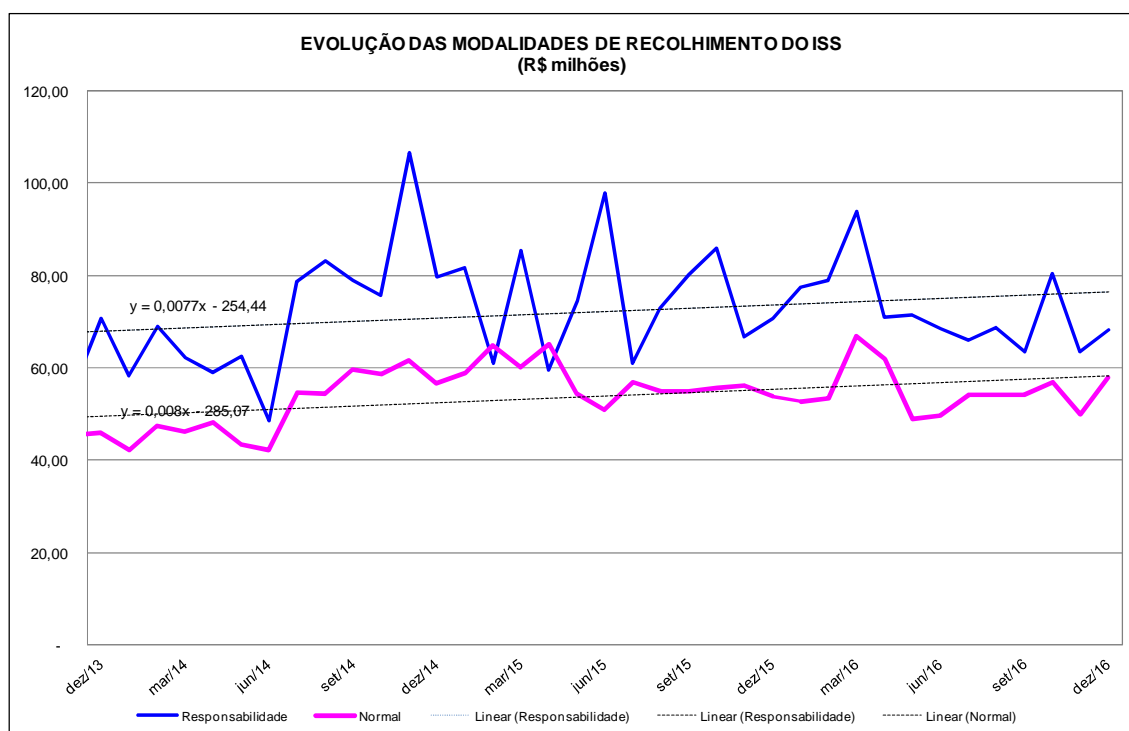


Delineando o decréscimo real de R\$ 13,2 milhões em dezembro de 2016 frente a igual mês de 2015, verifica-se que as maiores quedas ocorreram nas modalidades Retenção via SIAFI (-R\$ 11,8 milhões) e Normal (-R\$ 10,4 milhões). Por outro lado, o destaque positivo ficou para o aumento na modalidade Retenção via SIGGO (R\$ 7,6 milhões).

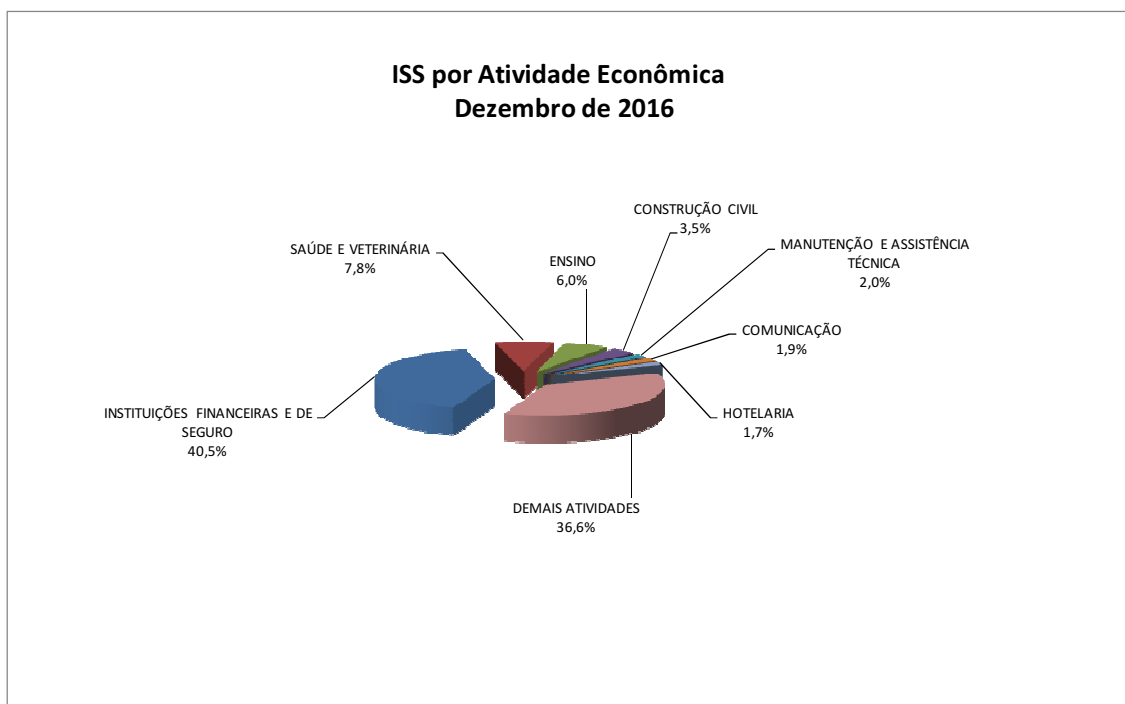
O gráfico acima abaixo, por sua vez, a comparação da arrecadação acumulada no período de janeiro a dezembro de 2016 com a observada no mesmo período do ano anterior. Observa-se que houve queda em todas as modalidades de recolhimento à exceção da Substituição Tributária. As quedas mais expressivas foram observadas para as modalidades Retenção via SIAFI (-R\$ 52,6 milhões) e Normal (-R\$ 24,8 milhões).



O gráfico subsequente mostra a tendência de crescimento na arrecadação do ISS, tanto na modalidade Normal quanto nas modalidades sob responsabilidade (Substituição Tributária, Retenção via SIAFI e Retenção via SIGGO), desde dezembro de 2013.



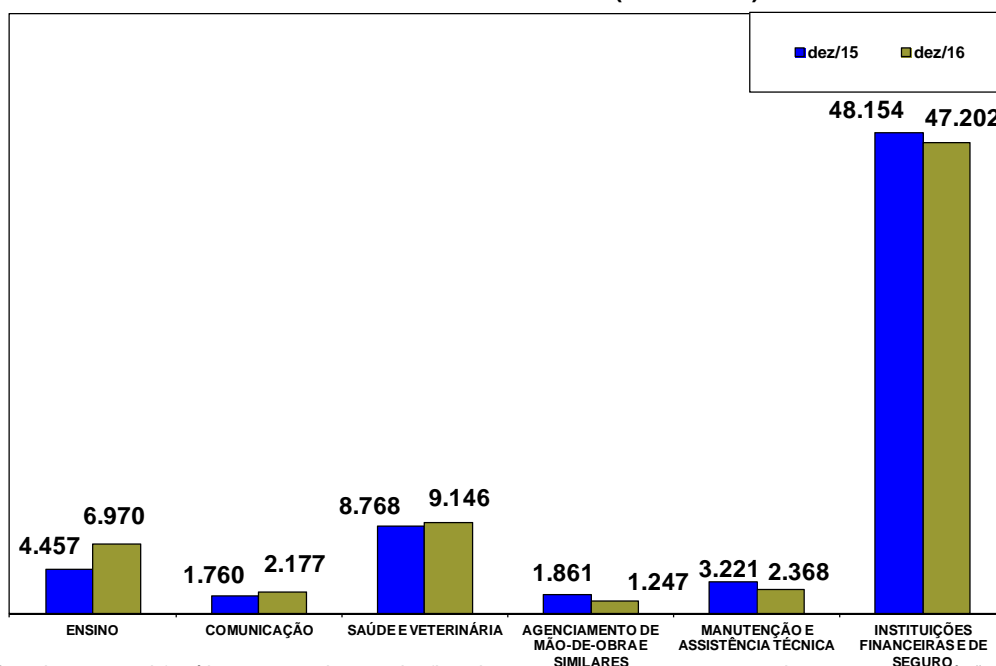
Partindo para a composição do ISS por segmento econômico em dezembro de 2016, verifica-se pelo gráfico anterior que a maior participação na arrecadação do imposto foi do segmento de Instituições Financeiras e de Seguro, de 40,5%, seguido pelos segmentos de Saúde e Veterinária de 7,8% e de Ensino de 6,0%.



Os gráficos a seguir discriminam a arrecadação do ISS realizado pelos principais setores econômicos, na comparação mensal. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza, pois essas não constam integralmente da base de dados que serve de referência para esta análise.

Na comparação da arrecadação dos segmentos econômicos de dezembro de 2016 com o correspondente mês do ano anterior verifica-se que o maior crescimento ficou a cargo de Ensino (+R\$ 2.513 mil), seguido por Comunicação (+R\$ 417,7 mil) e Saúde e Veterinária (+R\$ 378,1 mil). Por outro lado, as maiores quedas ocorreram nos segmentos de Instituições Financeiras e de Seguro (-R\$ 952,1 mil), Manutenção e Assistência Técnica (-R\$ 852,4 mil) e Agenciamento de Mão-de-obra e Similares (-R\$ 614,4 mil).

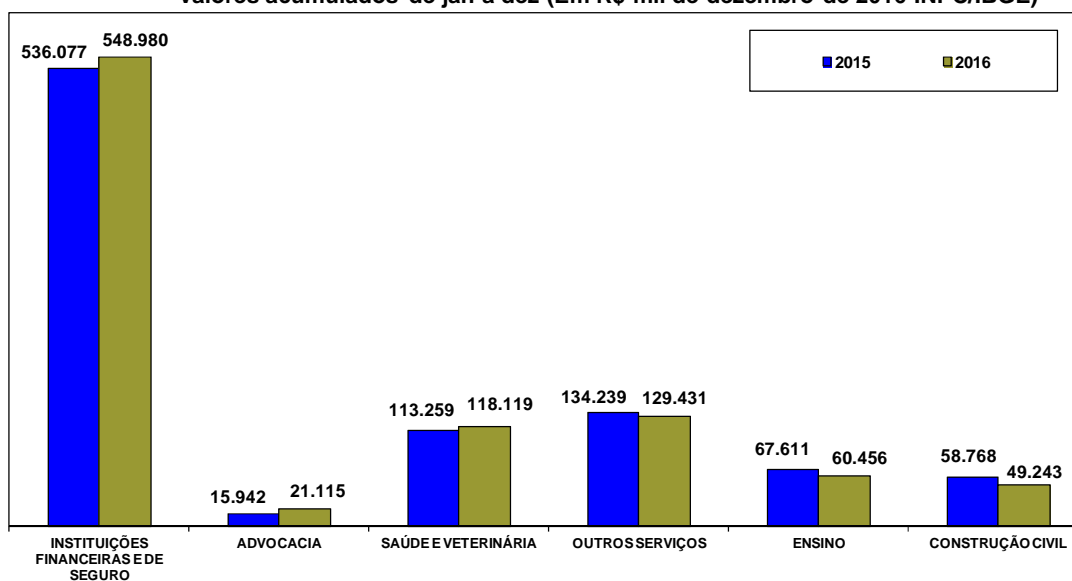
**ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes  
Maiores Variações Absolutas- Atividades Seleccionadas\*  
Em R\$ mil dezembro/2016 (INPC/IBGE)**



(\*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes contempla apenas parcialmente a retenção por órgãos públicos.

Na comparação acumulada observa-se que os maiores aumentos em termos absolutos foram para os segmentos de Instituições Financeiras e de Seguro (+R\$ 12.903,2 mil), de Advocacia (+R\$ 5.173,3 mil) e de Saúde e Veterinária (+R\$ 4.859,9 mil). Por sua vez, as maiores quedas foram observadas nos segmentos de Construção Civil (-R\$ 9.525,7 mil), de Ensino (-R\$ 7.155 mil) e de Outros Serviços (-R\$ 4.807,6 mil).

**ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes**  
**Maiores Variações - Atividades Seleccionadas**  
**\*Valores acumulados de jan a dez (Em R\$ mil de dezembro de 2016-INPC/IBGE)**



(\*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes, até o momento da elaboração do relatório, não contemplava integralmente a retenção por órgãos públicos.



# **SÉRIES HISTÓRICAS**

(12 dezembro 2016 – Séries Históricas.xls)